

Relatório de Atividades

ENAMAT



Sumário

enamamat



Apresentação	4
Composição – Biênio 2018/2020	6
Formação de Magistrados do Trabalho	8
Modalidade de Educação Presencial	9
Modalidade de Educação a Distância.....	9
Formação de Continuada	10
Modalidade de Educação Presencial	10
Modalidade de Educação Semipresencial.....	14
Modalidade de Educação a Distância.....	24
Formação de Formadores	33
Modalidade de Educação a Distância.....	34
Convênios e Acordos de Cooperação	39
Resoluções e Atos	41
Conselho Consultivo	43
Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho	48
Palestras e Visitas Institucionais Realizadas	54
Visitas Recebidas	57
Outros Eventos	60
Eventos Internos	61
Eventos Externos	90
Comissões	97
Programa ENAMAT Pesquisa	102
Tecnologia da Informação	106
Orçamento	108
Expediente	111



Apresentação

enarmat



É com muita satisfação que apresentamos o Relatório de Atividades da Escola Nacional do ano de 2018, que consolida as inúmeras iniciativas desenvolvidas ao longo do primeiro ano da desta gestão.

O início da atual Diretoria foi marcado pela transição das atribuições relacionadas ao Concurso Nacional, ultimado pelo CSJT, proporcionando a intensificação das atividades formativas, dos convênios e da coordenação do Sistema Integrado de Formação dos Magistrados do Trabalho.

No âmbito da formação, e a despeito de não terem sido realizados cursos de formação inicial, verificou-se a retomada de cursos presenciais e a distância na formação continuada e de formadores. As atividades de educação a distância, em particular, que constituem um dos segmentos de maior destaque da Escola Nacional, ganharam reforço com um novo arsenal de cursos para atender às novas demandas da Magistratura Trabalhista.

Os convênios com outras Escolas e entidades nacionais e internacionais também receberam impulso importante, cujo ápice pode ser sintetizado na celebração de acordo de cooperação trilateral da ENAMAT com a ENFAM e o CNJ, símbolo de notável simbiose e articulação de ações no âmbito nacional. As novas possibilidades que se abrem são muito auspiciosas para os anos vindouros.

O Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho recebeu especial atenção, com a retomada de reuniões de trabalho com todas as 24 Escolas Judiciais, reforçando os vínculos institucionais e a necessária simbiose de ações coordenadas. A ENAMAT assume com vigor, em definitivo, o seu protagonismo no sistema de formação, agora em parceria com todos os outros interlocutores do segmento, como a ANAMATRA e o CONEMATRA.

Em 2018, a ENAMAT também deu um grande passo para além do ensino profissionalizante, ao inaugurar a área de pesquisa, voltada para os temas contemporâneos do mundo do trabalho, mas especialmente para os da educação profissional. A pesquisa a ser produzida com o apoio de renomados institutos nacionais e internacionais tem o potencial de consolidar a Escola como uma referência no segmento, produzindo e compartilhando saberes fundamentais para a qualificação da Magistratura e para o próprio futuro da instituição como prestadora do serviço público de Justiça Social.

Inúmeras outras iniciativas para a formação profissional foram ainda levadas a efeito, como a instituição de comissões para promover estudos e articulações institucionais no tocante a temas como a ética do Magistado e as mídias sociais e a participação feminina na Magistratura. Além disso, a Direção retomou e está promovendo, de forma intensamente dialogada, a reformulação dos Programas Nacionais de Formação para atualizar conteúdos e estratégias de ensino-aprendizagem, assim como resgatou, sistematizou e compartilhou o riquíssimo acervo de mídias digitais de ações formativas desde a sua criação em 2006 no ambiente do TV ENAMAT.

Nada disso teria sido possível, porém, sem o comprometimento de todo o Conselho Consultivo, da Assessoria e da equipe administrativa e acadêmica da Escola Nacional, cuja qualidade é decisiva para o êxito de todas as iniciativas, assim como da Administração e dos Ministros do TST, aos quais são devidos profundos agradecimentos.

Por fim, este breve Relatório pretende retratar não apenas as principais iniciativas realizadas em 2018, mas, ainda, sinalizar para as inúmeras e alvissareiras possibilidades que já despontam para o novo ano, reafirmando todo o nosso orgulho de termos, na Justiça do Trabalho, uma Escola tão pujante e laboriosa como a ENAMAT!

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
DIRETOR DA ENAMAT

Composição

Biênio 2018/2020

Direção



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Diretor da ENAMAT



Ministro Augusto César Leite de Carvalho
Vice-Diretor da ENAMAT

Conselho Consultivo



Walmir Oliveira da Costa
Ministro



Kátia Magalhães Arruda
Ministra



José Roberto Freire Pimenta
Ministro



Manoel Carlos Toledo Filho
(TRT da 15ª Região
Campinas/SP)
Desembargador



Margareth Rodrigues Costa
(TRT da 5ª Região/BA)
Desembargadora



Homero Batista Mateus da
Silva (TRT da 2ª Região/SP)
Juiz

enammat •

Pleno do Tribunal Superior do Trabalho dá posse à Direção e ao Conselho Consultivo da ENAMAT



Tribunal Superior do Trabalho - TST

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão extraordinária no dia 28 de fevereiro de 2018, elegeu e deu posse à nova direção da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT para o biênio 2018/2020. Os eleitos foram os Ministros Vieira de Mello Filho para Diretor e Augusto César Leite de Carvalho para Vice-Diretor.



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Diretor



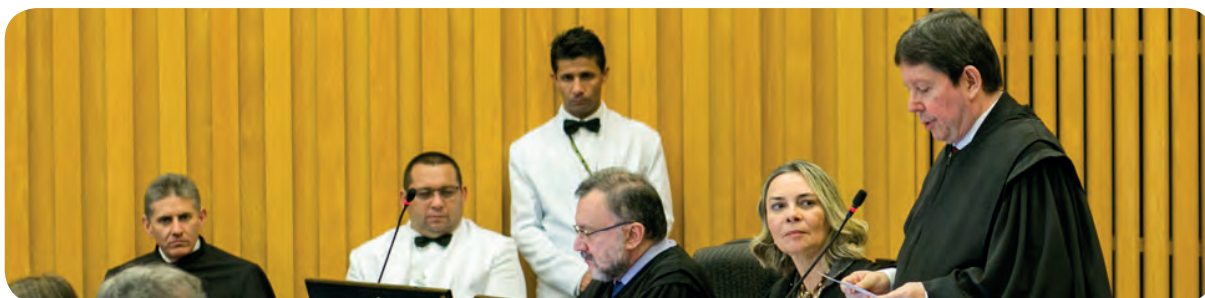
Ministro Augusto César Leite de Carvalho
Vice-diretor



Ministro João Batista Brito Pereira
Presidente do TST e do CSJT

O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho - TST, Ministro Brito Pereira, assegurou à nova direção eleita todo o apoio da Administração do Tribunal. "A escola é nossa, da Magistratura do Trabalho, e sei que, com a experiência dos novos Diretores, ela seguirá o seu caminho", afirmou.

Foram eleitos e também tomaram posse como membros do Conselho Consultivo da ENAMAT, representando o TST, os Ministros Walmir Oliveira da Costa, Kátia Magalhães Arruda e José Roberto Freire Pimenta. Para representar a segunda instância, foram eleitos os Desembargadores Manoel Carlos Toledo Filho, do TRT da 15ª Região (Campinas/SP), e Margareth Rodrigues Costa, do TRT da 5ª Região (BA). O Juiz Homero Batista, da 2ª Região (SP) foi eleito para representar a primeira instância.



Ministros Walmir Oliveira da Costa, Kátia Magalhães Arruda e José Roberto Freire Pimenta, Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT

Gestão compartilhada

Ao definir o que representa dirigir a ENAMAT, destinada à formação de Magistrados Trabalhistas, o Ministro Vieira de Mello Filho destacou "a possibilidade de trazer ao universo jurídico novas ideias" e o propósito de "contribuir para que os juízes que iniciam a carreira, ou que já estão na carreira, tenham melhores oportunidades, melhores ferramentas e melhores instrumentos para exercer a jurisdição em prol da sociedade brasileira".

O novo Diretor enfatizou a intenção de realizar uma administração "compartilhada, democrática, impessoal e absolutamente transparente, em harmonia com a Direção do TST".

Formação de Magistrados do Trabalho

enamat

Formação de Magistrados do Trabalho

- » **Formação Inicial;**
- » **Formação Continuada; e**
- » **Formação de Formadores.**

A Formação Inicial realiza-se exclusivamente de forma presencial, enquanto a Formação Continuada e a Formação de Formadores podem se utilizar das modalidades de educação presencial ou a distância.

A adequada e sincrônica realização das atividades formativas, no âmbito da Justiça Trabalhista, ocorre por meio do Sistema Integrado de Formação dos Magistrados do Trabalho - SIFMT, coordenado pela ENAMAT e composto pelas 24 Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho. Com isso, é possível o diagnóstico de dificuldades regionais; a apresentação de soluções coletivas, alinhadas nacionalmente; e a atuação conjunta e cooperada das Escolas.

Modalidade de Educação Presencial

Na modalidade presencial, os cursos realizados pela ENAMAT ocorrem na sua sede em Brasília, no auditório e nas salas de aula que compõem sua estrutura física. A Escola Nacional enfatiza a utilização de técnicas de ensino modernas e diversificadas, que devem privilegiar a participação ativa dos Juizes, a fim de assegurar melhor aproveitamento nos cursos e vivência de situações práticas, tais como dinâmicas de grupo, debates após exposição, laboratórios, oficinas, painéis e mesas-redondas.

O processo de avaliação da aprendizagem é formativo e desenvolve-se durante todo o curso. É recomendada avaliação interativa conjugada com técnicas como relatórios (de observação crítica e de práticas); resumos (de leituras, de casos ou de procedimentos/rotinas); trabalhos em grupo (de execução de atividades coletivizadas ou integradas em procedimentos na prática judiciária, de redação ou planejamento); estudos de casos ou solução de problemas (simulados ou reais); execução de atividades simuladas com indicadores de desempenho (utilização adequada de técnicas específicas ou obtenção de resultados).

Modalidade de Educação a Distância

A educação a distância promovida pela ENAMAT apresenta tendência sempre crescente nos respectivos projetos e programas, dada a importância da tecnologia na sociedade atual e a possibilidade de alcançar concomitantemente magistrados de todas as Regiões do País, em maior quantitativo e com elevada capacidade de interação entre eles, considerando-se, ainda, a redução de custos na produção de cursos.

A proposta pedagógica adotada pela Escola Nacional privilegia procedimentos didáticos próprios da educação a distância. O aluno tem acesso ao material especificamente produzido para o curso e atua em regime de aprendizado colaborativo, em que há interação entre os participantes. A ENAMAT utiliza a ferramenta Moodle, com ênfase em discussões e interações realizadas por meio da atividade fórum.

A avaliação é formativa e ocorre em cada aula virtual, incidindo sobre as competências que os alunos desenvolvem e o domínio do conteúdo, mediante a análise de sua participação nas atividades previstas no ambiente virtual de aprendizagem.

Formação Continuada

A ENAMAT promove cursos de formação continuada para Magistrados do Trabalho, em âmbito nacional, visando ao aperfeiçoamento profissional ao longo de toda a carreira e à promoção e ao acesso, conforme atribuições estabelecidas na Resolução Administrativa n.º 1.158/2006, atualizada pela Resolução Administrativa n.º 1.363, de 16 de novembro de 2009.

O objetivo primordial da formação continuada é proporcionar aos Magistrados do Trabalho formação profissional tecnicamente adequada e eticamente humanizada, voltada para a defesa dos princípios do Estado Democrático de Direito e comprometida com a solução justa dos conflitos, com ênfase nas competências teórico-práticas básicas para o exercício da função na perspectiva do caráter nacional da instituição judiciária trabalhista.

Em 2018, a Escola efetuou atividades de formação continuada essencialmente na modalidade de educação a distância, com a utilização da ferramenta *Moodle*, que possibilita a interatividade entre os alunos, além de estudo e discussão aprofundada, de forma teórica e prática, dos conteúdos. A ENAMAT realizou oito cursos a distância, além de um curso na modalidade presencial e dois semipresenciais. Foi atendido em 2018 o total de 995 Magistrados do Trabalho. Demonstrem-se adiante os cursos promovidos pela Escola Nacional em 2018, destinados à formação continuada.

Modalidade de Educação Presencial

8º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho 4 a 7 de junho de 2018

Ao abrir a oitava edição do curso, o diretor da ENAMAT, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, afirmou que a sociedade brasileira não mais admite amadores na administração do patrimônio público. Por isso enfatizou a necessidade de atender a esta nova demanda: “Durante os períodos dos mandatos, em que ‘estamos administradores’ dos tribunais, devemos incorporar diversos elementos das ciências atuariais, do Direito Financeiro, das Ciências Contábeis, da Ciência Política e de tantos outros ramos do conhecimento que não fariam parte da missão de julgar”.

Definiu-se como objetivo do curso contribuir com a aprendizagem dos Magistrados do Trabalho em tópicos especiais indispensáveis ao desenvolvimento de competências necessárias à complexa atividade de administrar Tribunais Regionais do Trabalho, permitindo a aquisição e o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao exercício dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Regional.

O CFC, com a duração de quatro dias, foi dividido em quatro módulos, em que foram abordadas diversas formas de gestão: judiciária, sustentável, orçamentária, de pessoas e de contratos. Para o Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, o curso foi renovado. “Chegamos a essa oitava edição com a expectativa de grandes contribuições para a administração dos tribunais”, afirmou. “Somos Magistrados vocacionados para instruir, conciliar e julgar, mas nem sempre temos igual inclinação para a não menos desafiadora e complexa atividade de administrar”.



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, realiza a abertura do 8º CFC em Administração Judiciária de TRTs



8º CFC em Administração Judiciária de TRTs

Cronograma de Atividades

Dia 4/6/2018 (segunda-feira)	
13h	Recepção e Integração
13h30	Abertura
13h40	Introdução à Administração Judiciária de TRT (2 horas-aula) Desembargador do Trabalho Evandro Pereira Valadão Lopes – TRT 1ª Região
15h40	Gestão Judiciária: O Papel das Ferramentas de Estatística (e-Gestão) (2 horas-aula) Juiz Bráulio Gabriel Gusmão – Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho
Dia 5/6/2018 (terça-feira)	
9h	Gestão Judiciária: A Uniformização da Jurisprudência nos Tribunais (2 horas-aula) Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão – TST
11h	Gestão Sustentável (1 hora-aula) Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima Scartezini – STJ
13h30	Gestão Orçamentária: Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orçamentária Anual e Trâmites Orçamentários e Execução Financeira na Justiça do Trabalho (2 horas-aula) Marcia Lovane Sott – Secretária-Geral do CSJT Kátia dos Santos Silva - Secretária de Orçamento e Finanças do CSJT
15h40	Gestão Orçamentária: Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orçamentária Anual e Trâmites Orçamentários e Execução Financeira na JT (2 horas-aula) (continuação) Kátia dos Santos Silva - Secretária de Orçamento e Finanças do CSJT
Dia 6/6/2018 (quarta-feira)	
9h	Gestão Orçamentária: Principais Aspectos da Gestão de Pessoas em Questões Orçamentárias (2 horas-aula) Kátia dos Santos Silva - Secretária de Orçamento e Finanças do CSJT Rosa Amélia Casado – Coordenadora de Gestão de Pessoas do CSJT
11h	Comunicação Social: A Imagem da Instituição perante a Sociedade (1 hora-aula) Jornalista Patrícia Resende – Secretária de Comunicação Social do TST
13h30	Gestão de Pessoas: A Capacitação de Servidores (2 horas-aula) Rosa Amélia Casado – Coordenadora de Gestão de Pessoas do CSJT
15h40	Gestão de Pessoas: A Formação Profissional de Magistrados (2 horas-aula) Juiz Giovanni Olsson – Juiz Auxiliar da Direção da ENAMAT
Dia 7/6/2018 (quinta-feira)	
9h	Gestão de Contratos: Peculiaridades da Justiça do Trabalho em Bens e Serviços (3 horas-aula) Fabiano de Andrade Lima – Assessor Especial da Secretária-geral da República Assuntos Estratégicos - SAE-PR
13h30	Conferência de Encerramento (2 horas-aula) Tema: Desafios da Administração de Tribunais e o TCU Ministro Benjamin Zymler – TCU
15h20	Encerramento do curso



Desembargador Evandro Pereira V. Lopes do TRT 1ª Região fala sobre a Administração Judiciária de TRT



Juiz Bráulio Gabriel Gusmão em palestra sobre o papel das ferramentas de estatística



Alunos-Juizes assistem à palestra sobre o papel das ferramentas de estatística (e-Gestão)



Alunos-Juizes assistem à palestra sobre o papel das ferramentas de estatística (e-Gestão)



Alunos-Juizes assistem à palestra sobre o papel das ferramentas de estatística (e-Gestão)



Ministros Cláudio Mascarenhas Brandão e Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, durante o CFC Administração Judiciária de TRTs



Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão em palestra sobre a uniformização da jurisprudência nos Tribunais



Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão em palestra sobre a uniformização da jurisprudência nos Tribunais



Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima Scartezini em palestra sobre gestão sustentável



Alunos-Juizes assistem à palestra sobre gestão sustentável



Marcia Lovane Sott e Kátia dos Santos Silva em palestra sobre Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orçamentária Anual e Trâmites Orçamentários e Execução Financeira



Marcia Lovane Sott em palestra sobre Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orçamentária Anual e Trâmites Orçamentários e Execução Financeira



Kátia dos Santos Silva em palestra sobre Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orçamentária Anual e Trâmites Orçamentários e Execução Financeira



Rosa Amélia Casado e Kátia dos Santos Silva em palestra sobre Principais aspectos da Gestão de Pessoas em questões orçamentárias



Patrícia Resende em palestra sobre a imagem da instituição perante a sociedade



Alunos-Juizes assistem à palestra sobre a imagem da instituição perante a sociedade



Rosa Amélia Casado em palestra sobre a capacitação de servidores



Giovanni Olsson, Juiz Auxiliar da Direção da ENAMAT, em palestra sobre A formação profissional de magistrados



Fabiano de Andrade Lima na palestra Peculiaridades da JT em bens e serviços



Alunos-Juizes assistem à palestra Peculiaridades da JT em bens e serviços



Ministro Benjamin Zymler, do TCU, na palestra Desafios da Administração de Tribunais e o TCU



Alunos-Juizes assistem à palestra Desafios da Administração de Tribunais e o TCU



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, na cerimônia de encerramento do CFC



Alunos-Juizes participantes do CFC com o Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT

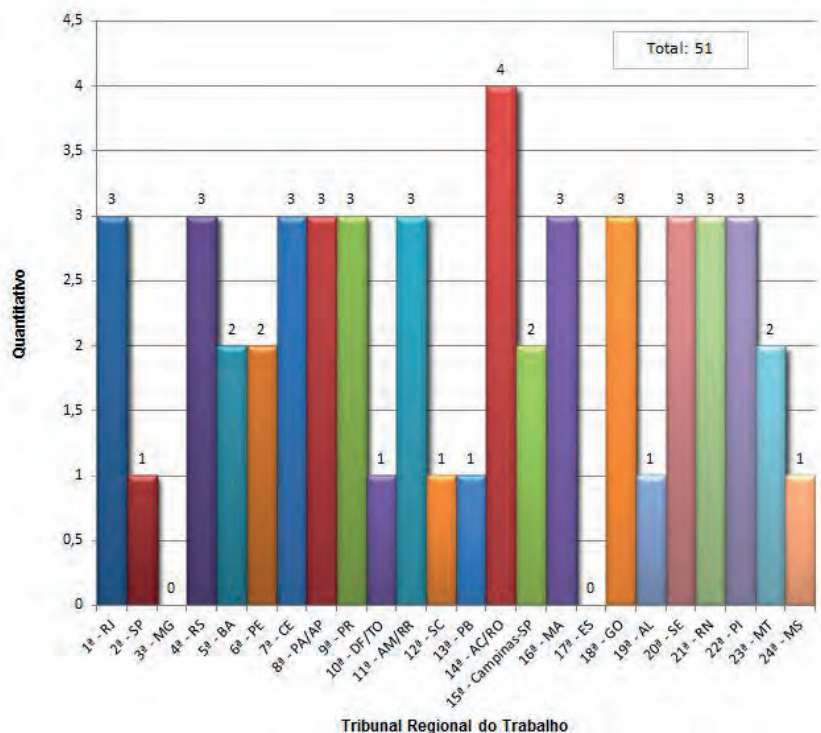


Gráfico 1 – Magistrados inscritos no 8º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho.

Modalidade de Educação Semipresencial

Curso de Formação Continuada para Supervisores de Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - CEJUSCs

Turma 1 – 18 de outubro a 12 de novembro de 2018

Turma 2 – 5 a 30 de novembro de 2018

O objetivo foi desenvolver competências relacionadas à administração e supervisão dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - CEJUSCs.

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho promoveu o curso de formação continuada para os Magistrados supervisores de Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - CEJUSCs.

O evento teve como objetivo desenvolver competências relacionadas à administração, supervisão dos serviços de conciliadores e mediadores, além da homologação de acordos. A formação teve como base a Resolução n.º 174/2016 do CSJT, que criou um novo paradigma de política judiciária de métodos adequados de solução de conflitos na Justiça do Trabalho.

A carga horária total do curso foi de 40 horas, divididas entre a modalidade a distância na Plataforma Moodle, e a fase presencial, em que magistrados de todo o país vieram a Brasília para concluir a formação em dois dias com diversas atividades como painéis, fóruns de intercâmbio e laboratório de prática judiciária.

Turma 1 - Cronograma de atividades presenciais:

Dia 29/10/2018	
13h	Recepção e Integração
13h30	Abertura Direção da ENAMAT e Vice-Presidência do TST
13h40 às 15h20	Ética aplicada na solução judicial de conflitos: o papel do juiz-conciliador/-mediador (2 horas-aula) Francisco Rossal de Araújo – Desembargador do Trabalho da 4ª Região Convocado pelo TST
15h40 às 17h30	Painel: Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos na Justiça do Trabalho: Peculiaridades (2 horas-aula) Morgana de Almeida Richa – Juíza do Trabalho da 9ª Região, ex-Conselheira do CNJ A construção da Resolução n.º 125 do CNJ e a inserção da Justiça do Trabalho Rogério Neiva Pinheiro – Juiz do Trabalho da 10ª Região, Auxiliar da Vice-Presidência do TST O NUPEMEC-JT e os CEJUSCs nos Tribunais Regionais do Trabalho Gustavo Tadeu Alkmim – Desembargador do Trabalho da 1ª Região, ex-Conselheiro do CNJ O papel das políticas públicas na solução de conflitos e a atuação dos Tribunais
Dia 30/10/2018	
9h	Laboratório de Prática e Casos Difíceis (3 horas-aula) – GRUPO A Adriana Goulart de Sena Orsini – Desembargadora do Trabalho da 3ª Região
9h	Atividade externa: análise de estrutura e dinâmica de CEJUSC (3 horas-aula) – GRUPO B Giovanni Olsson – Juiz Auxiliar da Direção da ENAMAT
13h30 às 15h20	Supervisão de Conciliadores/Mediadores: mapeando e desenvolvendo competências profissionais (2 horas-aula) Fernanda Gomes Ferreira – Servidora do TRT da 12ª Região, Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão
15h40 às 17h30	Painel: Conciliação e Mediação em Dissídio Coletivo Márcio Flávio Salem Vidigal – Desembargador do Trabalho da 3ª Região Lorival Ferreira dos Santos – Desembargador do Trabalho da 15ª Região
Dia 31/10/2018	
9h	Laboratório de Prática e Casos Difíceis (3 horas-aula) – GRUPO B Adriana Goulart de Sena Orsini – Desembargadora do Trabalho da 3ª Região
9h	Atividade externa: análise de estrutura e dinâmica de CEJUSC (3 horas-aula) – GRUPO A Giovanni Olsson – Juiz Auxiliar da Direção da ENAMAT
13h30 às 17h30	Fórum de intercâmbio de práticas nos CEJUSCs (2 horas-aula) Válter Túlio Amado Ribeiro – Juiz do Trabalho da 12ª Região, Supervisor do CEJUSC de Florianópolis-SC



Mesa de abertura do Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Ministro Renato de Lacerda Paiva no Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, no Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Desembargador Francisco Rossal de Araújo promove palestra Ética aplicada na solução judicial de conflitos durante o Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Juiz Giovanni Olsson, Auxiliar da Direção da ENAMAT, preside a mesa do painel Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos na Justiça do Trabalho



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, no Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Painel Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos na Justiça do Trabalho no Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Desembargadora Adriana Goulart de Sena Orsini promove Laboratório de Prática e Casos Difíceis durante o Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Juiz Giovanni Olsson, Auxiliar da Direção da ENAMAT, promove a atividade Análise de estrutura e dinâmica de CEJUSC



Magistrados participam do Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Magistrados participam do Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Magistrados participam do Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Fernanda Gomes Ferreira promove palestra Supervisão de Conciliadores/Mediadores: mapeando e desenvolvendo competências profissionais



Magistrados participam do Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Magistrados participam do Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Painel Conciliação e Mediação em Dissídio Coletivo durante o Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



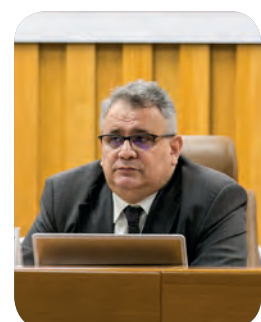
Magistrados participam do Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Magistrados participam do Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Magistrados participam do Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Juiz Válter Túlio Amado Ribeiro promove Fórum de intercâmbio de práticas nos CEJUSCs



Magistrados participam do Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Magistrados participam do Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Magistrados participam do Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs



Magistrados participam do Curso de Formação Continuada para Supervisores de CEJUSCs

O módulo a distância teve carga horária de 22 horas, divididas em três módulos de conteúdo específico. O primeiro dia foi destinado ao Fórum de Ambientação (1 hora-aula) e os últimos dias ao Fórum de Avaliação (3 horas-aula). Os demais foram dedicados a leitura, discussão e avaliação das aulas.

Turma 1 - Conteúdo programático e cronograma do módulo a distância

Aula	Início	Término	Conteúdo	Carga Horária
Ambientação	18/10/2018	19/10/2018	-	1 h/a
Aula 1	20/10/2018	25/10/2018	O Século XXI e as Expectativas Sociais	6 h/a
Aula 2	26/10/2018	01/11/2018	A Política Pública e Judiciária de Tratamento de Conflitos	6 h/a
Aula 3	02/11/2018	08/11/2018	Limites e Questões Éticas da Conciliação Judicial Trabalhista	6 h/a
Avaliação	09/11/2018	12/11/2018	-	3 h/a

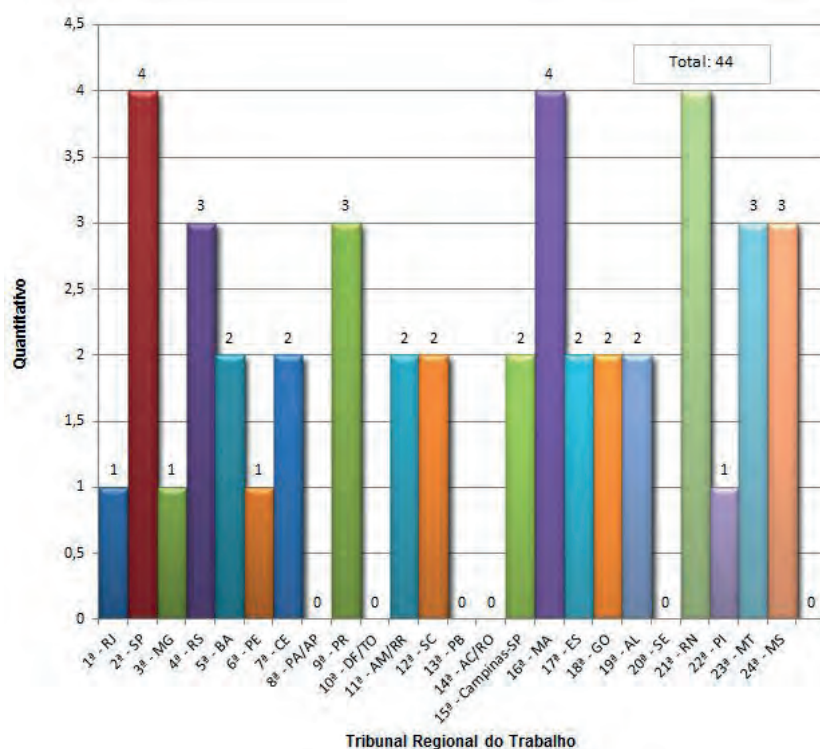


Gráfico 2 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada para Supervisores de Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – Turma 1

Turma 2 - Cronograma de atividades presenciais:

Dia 26/11/2018	
13h	Recepção e Integração
13h30 às 14h	Abertura - Presidente do TST e do CSJT Ministro João Batista Brito Pereira - Vice-Presidente do TST Ministro Renato de Lacerda Paiva - Vice-Diretor da ENAMAT Ministro Augusto César Leite de Carvalho
14h às 16h	Painel: Prevenção, gestão e resolução de conflitos na Justiça do Trabalho: Peculiaridades (2 horas-aula) Morgana de Almeida Richa – Juíza do Trabalho da 9ª Região, ex-Conselheira do CNJ A construção da Resolução n.º 125 do CNJ e a inserção da Justiça do Trabalho Rogério Neiva Pinheiro – Juiz do Trabalho da 10ª Região, Auxiliar da Vice-Presidência do TST O NUPEMEC-JT e os CEJUSCs nos Tribunais Regionais do Trabalho Francisco Rossal de Araújo – Desembargador do Trabalho da 4ª Região A Resolução n.º 125 e a ética aplicada no papel do juiz –conciliador/-mediador
16h30 às 17h30	Ética aplicada na solução judicial de conflitos: O papel do juiz-conciliador/-mediador (2 horas-aula) Marco Aurélio Gastaldi Buzzi – Ministro do STJ Composição da Mesa: Presidente de Mesa: Vice-Diretor da ENAMAT Ministro Augusto César Leite de Carvalho; Vice-Presidente do TST Ministro Renato de Lacerda Paiva
Dia 27/11/2018	
9 às 12h	Laboratório de Prática e Casos Difíceis (3 horas-aula) – GRUPO A Adriana Goulart de Sena Orsini – Desembargadora do Trabalho da 3ª Região
9 às 12h	Atividade externa: análise de estrutura e dinâmica de CEJUSC (3 horas-aula) – GRUPO B Giovanni Olsson – Juiz Auxiliar da Direção da ENAMAT
13h30 às 15h20	Supervisão de Conciliadores/Mediadores: mapeando e desenvolvendo competências profissionais (2 horas-aula) Fernanda Gomes Ferreira – Servidora do TRT da 12ª Região, Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão
15h40 às 17h30	A administração dos CEJUSCs na prática (2 horas-aula) Marta Verli – Servidora do TRT da 10ª Região, Chefe de Serviço do CEJUSC de Brasília-DF
Dia 28/11/2018	
9 às 12h	Laboratório de Prática e Casos Difíceis (3 horas-aula) – GRUPO B Adriana Goulart de Sena Orsini – Desembargadora do Trabalho da 3ª Região
9 às 12h	Atividade externa: análise de estrutura e dinâmica de CEJUSC (3 horas-aula) – GRUPO A Giovanni Olsson – Juiz Auxiliar da Direção da ENAMAT
13h30 às 15h20	Fórum de intercâmbio de práticas nos CEJUSCs (2 horas-aula) Válter Túlio Amado Ribeiro – Juiz do Trabalho da 12ª Região, Supervisor do CEJUSC de Florianópolis-SC Roberta de Melo Carvalho – Juíza do Trabalho da 10ª Região, Supervisora do CEJUSC de Brasília-DF
15h40 às 17h30	Fórum de intercâmbio de práticas nos CEJUSCs (2 horas-aula) - continuação Válter Túlio Amado Ribeiro – Juiz do Trabalho da 12ª Região, Supervisor do CEJUSC de Florianópolis-SC Roberta de Melo Carvalho – Juíza do Trabalho da 10ª Região, Supervisora do CEJUSC de Brasília-DF



Abertura do 2º Curso para Supervisores de CEJUSCs



Ministro João Batista Brito Pereira, Presidente do TST e do CSJT, discursa na abertura do 2º Curso para Supervisores de CEJUSCs



Ministro Renato de Lacerda Paiva em palestra no 2º Curso para Supervisores de CEJUSCs



Ministro Augusto César Leite de Carvalho em palestra no 2º Curso para Supervisores de CEJUSCs



Ministro Walmir Oliveira da Costa na abertura do 2º Curso para Supervisores de CEJUSCs



Giovanni Olsson, Juiz Auxiliar da Direção da ENAMAT no 2º Curso para Supervisores de CEJUSCs



Desembargador Francisco Rossal de Araújo no painel Prevenção, gestão e resolução de conflitos na Justiça do Trabalho, durante o 2º Curso para Supervisores de CEJUSCs



Juíza Morgana de Almeida Richa no painel Prevenção, gestão e resolução de conflitos na Justiça do Trabalho, durante o 2º Curso para Supervisores de CEJUSCs



Juiz Rogerio Neiva Pinheiro no painel Prevenção, gestão e resolução de conflitos na Justiça do Trabalho, durante o 2º Curso para Supervisores de CEJUSCs



Palestra Ética aplicada na solução judicial de conflitos: O papel do juiz-conciliador/-mediador, no 2º Curso para Supervisores de CEJUSCs



Ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, do STJ, em palestra sobre Ética aplicada na solução judicial de conflitos no 2º Curso para Supervisores de CEJUSCs



Juiz Giovanni Olsson, auxiliar da Direção da ENAMAT, coordenando a Atividade externa: análise de estrutura e dinâmica de CEJUSC



Fernanda Gomes Ferreira, servidora do TRT da 12ª Região, em palestra sobre Supervisão de Conciliadores/ Mediadores no 2º Curso para Supervisores de CEJUSCs



Marta Verli, servidora do TRT da 10ª Região, fala sobre a administração dos CEJUSCs na prática



Magistrados participam do Laboratório de prática e casos difíceis, sob a coordenação da Desembargadora Adriana Goulart de Sena Orsini, do TRT da 3ª Região



Magistrados participam do Laboratório de prática e casos difíceis no 2º Curso para Supervisores de CEJUSCs



Magistrados participam do Laboratório de prática e casos difíceis, sob a coordenação da Desembargadora Adriana Goulart de Sena Orsini, do TRT da 3ª Região



Roberta de Melo Carvalho, Juíza do Trabalho da 10ª Região, em Fórum de intercâmbio de práticas nos CEJUSCs



Válter Túlio Amado Ribeiro, Juiz do Trabalho da 12ª Região, em Fórum de intercâmbio de práticas nos CEJUSCs



Fórum de intercâmbio de práticas nos CEJUSCs

O módulo a distância teve carga horária de 22 horas, divididas em três módulos de conteúdo específico. O primeiro dia foi destinado ao Fórum de Ambientação (1 horas-aula) e os últimos dias ao Fórum de Avaliação (3 horas-aula). Os demais foram dedicados a leitura, discussão e avaliação das aulas.

Turma 2 - Conteúdo programático e cronograma do módulo a distância

Aula	Início	Término	Conteúdo	Carga Horária
Ambientação	5/11/2018	6/11/2018	-	1 h/a
Aula 1	7/11/2018	13/11/2018	O Século XXI e as Expectativas Sociais	6 h/a
Aula 2	14/11/2018	20/11/2018	A Política Pública e Judiciária de Tratamento de Conflitos	6 h/a
Aula 3	21/11/2018	27/11/2018	Limites e Questões Éticas da Conciliação Judicial Trabalhista	6 h/a
Avaliação	28/11/2018	30/11/2018	-	3 h/a

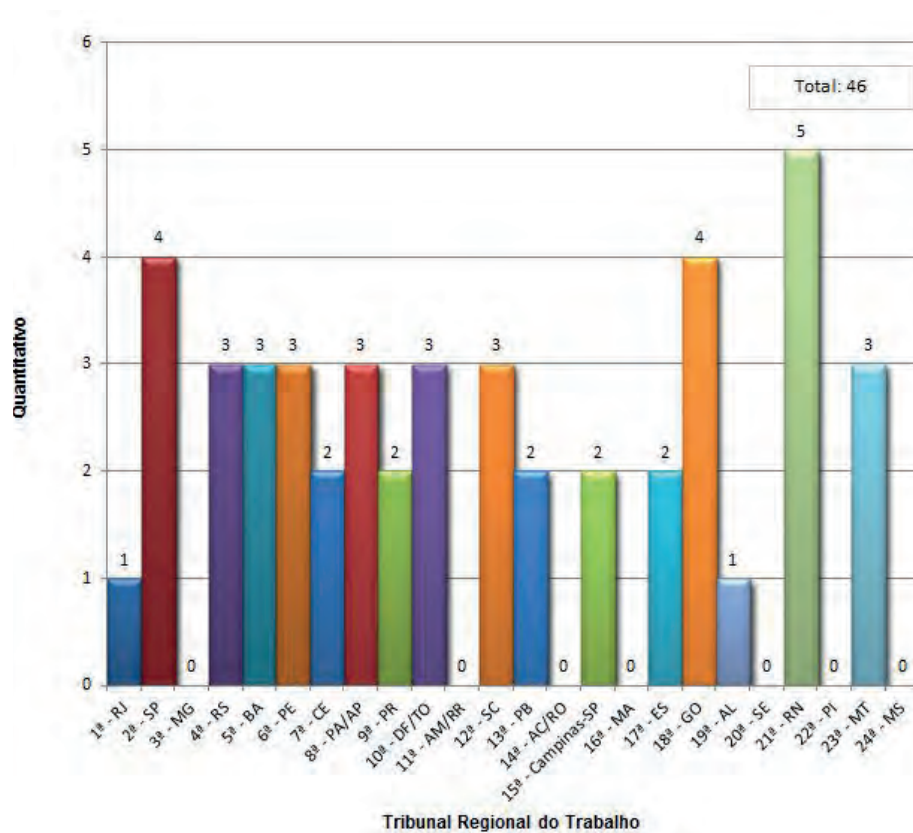


Gráfico 3 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada para Supervisores de Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – Turma 2

Modalidade de Educação a Distância

Administração de Vara do Trabalho

14 de maio a 24 de junho de 2018

O Curso teve carga horária de 30 horas, divididas em cinco módulos de conteúdo específico. Os primeiros dias destinaram-se ao Fórum de Ambientação (2 horas-aula) e os últimos dias ao Fórum de Avaliação (3 horas-aula). Os demais foram dedicados a leitura, discussão e avaliação das aulas. Houve o atendimento de 52 Magistrados do Trabalho.

Definiu-se como objetivo do curso desenvolver competências para a administração de Vara do Trabalho, a partir da ampliação do conhecimento de aspectos da administração de organizações.

Conteúdo Programático – Cronograma do Curso

Aula	Início	Término	Conteúdo	Carga Horária
Ambientação	14/5/2018	16/5/2018	Atividades de Ambientação e Preparação para as Atividades	2 h/a
Aula 1	17/5/2018	23/5/2018	Administração das Organizações	5 h/a
Aula 2	24/5/2018	30/5/2018	A Gestão Judiciária	5 h/a
Aula 3	31/5/2018	6/6/2018	Gestão de Pessoas e de Recursos Materiais em Varas do Trabalho	5 h/a
Aula 4	7/6/2018	13/6/2018	A Gestão de Processos de Trabalho em Gabinete e Secretaria	5 h/a
Aula 5	14/6/2018	20/6/2018	Gestão de Processos de Trabalho em Audiência	5 h/a
Avaliação	21/6/2018	24/6/2018	Apresentação de Trabalho de Conclusão do Curso	3 h/a

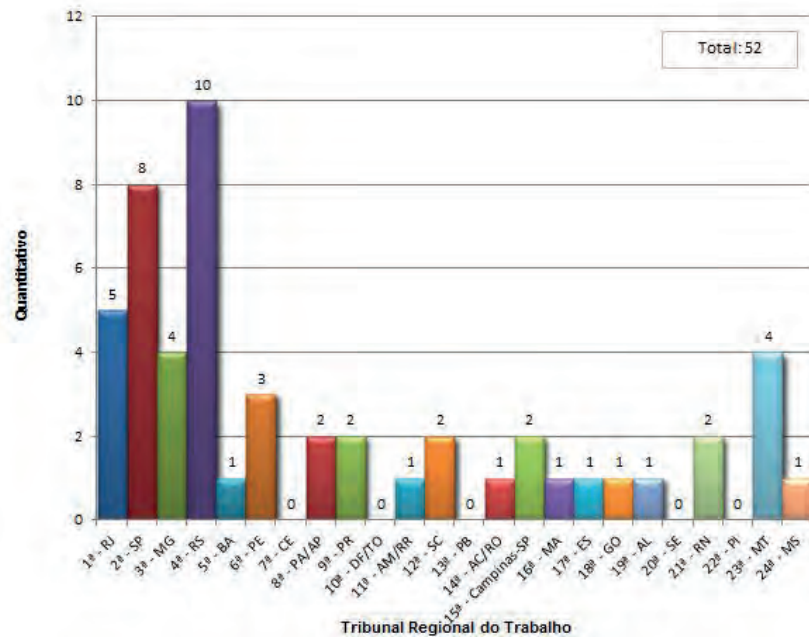


Gráfico 4 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada Administração de Vara do Trabalho

Técnica de Instrução Processual

21 de maio a 30 de junho de 2018

O Curso teve carga horária de 30 horas, divididas em cinco módulos de conteúdo específico. Os primeiros dias destinaram-se ao Fórum de Ambientação (2 horas-aula) e os últimos dias ao Fórum de Avaliação (3 horas-aula). Os demais foram dedicados a leitura, discussão e avaliação das aulas. Houve o atendimento de 120 Magistrados do Trabalho.

Definiu-se como objetivo do curso estimular o participante a desenvolver habilidades humanas e conceituais, voltadas para a instrução processual, a fim de melhorar, dentro de uma visão sistemática (identificação de problemas, estabelecimento de objetivos, reunião de informações, identificação de soluções alternativas, avaliação de opções e escolha da melhor opção), sua atuação funcional durante a instrução processual.

Conteúdo Programático – Cronograma do Curso

Aula	Início	Término	Conteúdo	Carga Horária
Ambientação	21/5/2018	23/5/2018	Atividades de Ambientação e Preparação para as Atividades	2 h/a
Aula 1	24/5/2018	30/5/2018	Desenvolvimento de habilidades voltadas para a instrução processual	5 h/a

Aula 2	31/5/2018	6/6/2018	Planejamento da audiência e produção da prova oral	5 h/a
Aula 3	7/6/2018	13/6/2018	Produção da prova documental - divergências na doutrina e na jurisprudência sobre o conceito de prova documental	5 h/a
Aula 4	14/6/2018	20/6/2018	Produção da prova pericial	5 h/a
Aula 5	21/6/2018	27/6/2018	Inspeção judicial	5 h/a
Avaliação	28/6/2018	30/6/2018	Apresentação de Trabalho de Conclusão do Curso	3 h/a

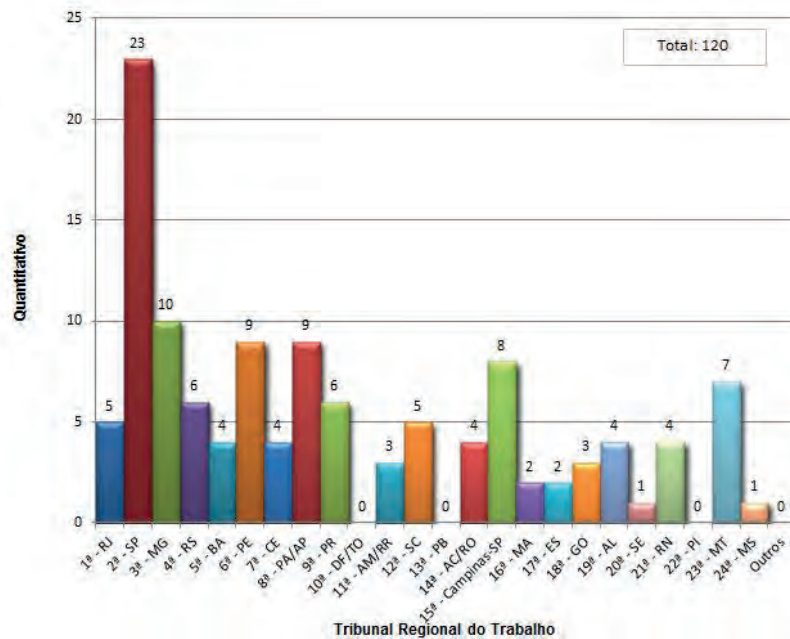


Gráfico 5 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada Técnicas de Instrução Processual

Boas Práticas na Execução Trabalhista

3 de agosto a 16 de setembro de 2018

O Curso teve carga horária de 30 horas, divididas em cinco módulos de conteúdo específico. Os primeiros dias destinaram-se ao Fórum de Ambientação (2 horas-aula) e os últimos dias ao Fórum de Avaliação (3 horas-aula). Os demais foram dedicados a leitura, discussão e avaliação das aulas. Houve o atendimento de 158 Magistrados do Trabalho.

Definiu-se como objetivo do curso oferecer ao Aluno-Juiz espaço para reflexões e debates sobre propostas de práticas jurisdicionais capazes de contribuir para a Efetividade na Execução Trabalhista.

Conteúdo Programático – Cronograma do Curso

Aula	Início	Término	Conteúdo	Carga Horária
Ambientação	3/8/2018	8/8/2018	Atividades de Ambientação e Preparação para as Atividades	2 h/a
Aula 1	9/8/2018	15/8/2018	Boas Práticas na Execução Trabalhista	5 h/a
Aula 2	16/8/2018	22/8/2018	Indisponibilidade de bens - CNIB	5 h/a
Aula 3	23/8/2018	29/8/2018	Desconsideração da personalidade Jurídica de ofício	5 h/a
Aula 4	30/8/2018	5/9/2018	Execução contra espólio	5 h/a
Aula 5	6/9/2018	12/9/2018	Execução provisória de ofício. Dispensa de caução. Licitude	5 h/a
Avaliação	13/9/2018	16/9/2018	Fórum de Avaliação Final	3 h/a

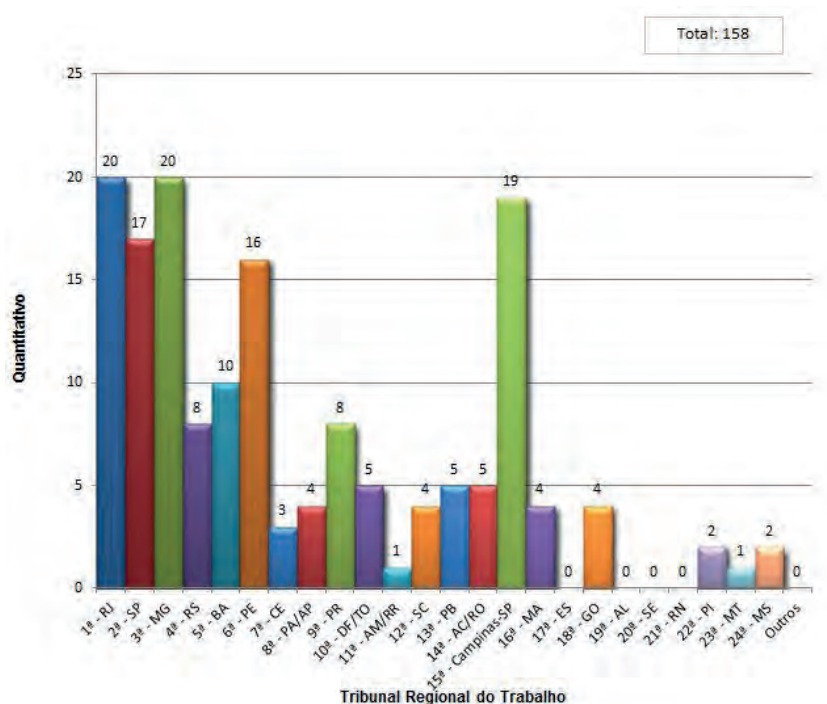


Gráfico 6 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada Boas Práticas na Execução Trabalhista

Reforma Trabalhista - Temas I A

5 a 28 de outubro de 2018

O Curso teve carga horária de 15 horas, divididas em dois módulos de conteúdo específico. Os primeiros dias destinaram-se ao Fórum de Ambientação (2 horas-aula) e os últimos dias ao Fórum de Avaliação (3 horas-aula). Os demais foram dedicados a leitura, discussão e avaliação das aulas. Houve o atendimento de 129 Magistrados do Trabalho.

Definiu-se como objetivo do curso oferecer ao Aluno-Juiz espaço para reflexões e debates sobre a reforma trabalhista, abordando os temas Teoria Geral do Direito do Trabalho e Direito Tutelar do Trabalho.

Conteúdo Programático – Cronograma do Curso

Aula	Início	Término	Conteúdo	Carga Horária
Ambientação	5/10/2018	8/10/2018	Ambientação e Preparação para as Atividades	2 h/a
Módulo 1	9/10/2018	15/10/2018	Teoria Geral do Direito do Trabalho	5 h/a
Módulo 2	16/10/2018	22/10/2018	Direito Tutelar do Trabalho	5 h/a
Avaliação	23/10/2018	28/10/2018	Avaliação da Aprendizagem	3 h/a

Reforma Trabalhista - Temas I B

5 a 28 de outubro de 2018

O Curso teve carga horária de 15 horas, divididas em dois módulos de conteúdo específico. Os primeiros dias destinaram-se ao Fórum de Ambientação (2 horas-aula) e os últimos dias ao Fórum de Avaliação (3 horas-aula). Os demais foram dedicados a leitura, discussão e avaliação das aulas. Houve o atendimento de 137 Magistrados do Trabalho.

Definiu-se como objetivo do curso oferecer ao Aluno-Juiz espaço para reflexões e debates sobre a reforma trabalhista, abordando os temas Danos Morais e Contratos Atípicos e Remuneração.

Conteúdo Programático – Cronograma do Curso

Aula	Início	Término	Conteúdo	Carga Horária
Ambientação	5/10/2018	8/10/2018	Ambientação e Preparação para as Atividades	2 h/a
Módulo 3	9/10/2018	15/10/2018	Danos Morais e Contratos Atípicos	5 h/a
Módulo 4	16/10/2018	22/10/2018	Remuneração	5 h/a
Avaliação	23/10/2018	28/10/2018	Avaliação da Aprendizagem	3 h/a

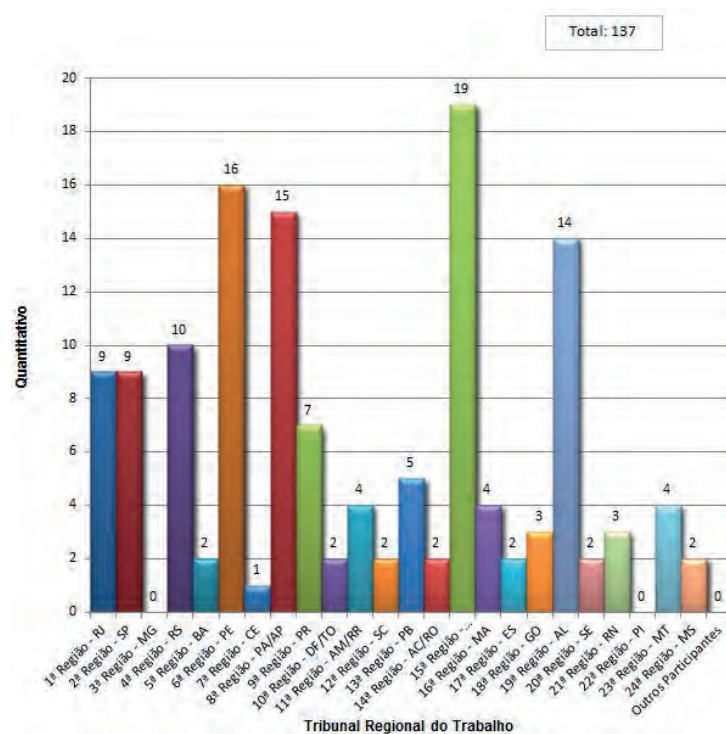


Gráfico 8 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada Reforma Trabalhista - Temas I B

A Criança, o Adolescente e a Justiça do Trabalho

26 de outubro a 9 de dezembro de 2018

O Curso teve carga horária de 30 horas, divididas em cinco módulos de conteúdo específico. Os primeiros dias destinaram-se ao Fórum de Ambientação (2 horas-aula) e os últimos dias ao Fórum de Avaliação (3 horas-aula). Os demais foram dedicados a leitura, discussão e avaliação das aulas. Houve o atendimento de 85 Magistrados do Trabalho.

Definiu-se como objetivo do curso oferecer ao Aluno-Juiz espaço para reflexões e debates a partir dos temas propostos e do compartilhamento de experiências sobre as diversas questões que envolvem a exploração do trabalho da criança e do adolescente.

Conteúdo Programático – Cronograma do Curso

Aula	Início	Término	Conteúdo	Carga Horária
Ambientação	26/10/2018	29/10/2018	Ambientação e Preparação para as Atividades	2 h/a
Aula 1	30/10/2018	5/11/2018	O Princípio da Proteção Integral, sua Força Normativa e o Trabalho da Criança e do Adolescente	5 h/a
Aula 2	6/11/2018	12/11/2018	Normas Especiais Genéricas de Tutela do Trabalhador Adolescente	5 h/a
Aula 3	13/11/2018	19/11/2018	Idade Mínima para o Trabalho na Ordem Jurídica Brasileira	5 h/a
Aula 4	20/11/2018	26/11/2018	As Piores Formas de Trabalho Infantil: A Aplicação da Convenção 182, da OIT, e a Lista TIP	5 h/a
Aula 5	27/11/2018	3/12/2018	Contrato de Aprendizagem: Qualificação Profissional e Inserção de Jovens no Mercado de Trabalho	5 h/a
Avaliação	4/12/2018	9/12/2018	Período de Avaliação	3 h/a

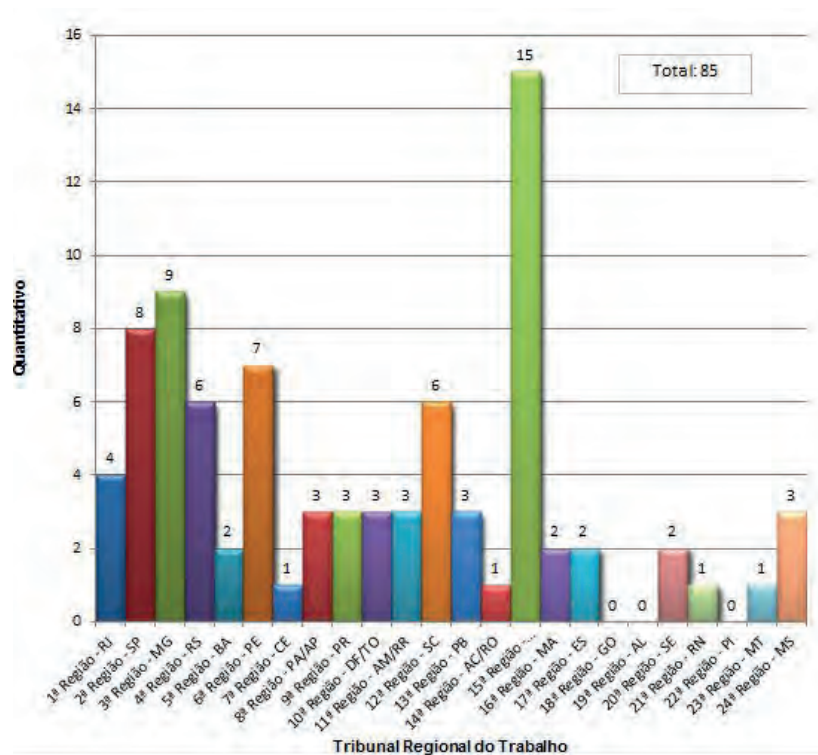


Gráfico 9 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada A Criança, o Adolescente e a Justiça do Trabalho

Reforma Trabalhista - Temas II A

9 de novembro a 2 de dezembro de 2018

O Curso teve carga horária de 15 horas, divididas em dois módulos de conteúdo específico. Os primeiros dias destinaram-se ao Fórum de Ambientação (2 horas-aula) e os últimos dias ao Fórum de Avaliação (3 horas-aula). Os demais foram dedicados a leitura, discussão e avaliação das aulas. Houve o atendimento de 100 Magistrados do Trabalho.

Definiu-se como objetivo do curso oferecer ao Aluno-Juiz espaço para reflexões e debates sobre a reforma trabalhista, abordando os temas Direito Coletivo e Direito Processual – Fase de Conhecimento.

Conteúdo Programático – Cronograma do Curso

Aula	Início	Término	Conteúdo	Carga Horária
Ambientação	9/11/2018	12/11/2018	Ambientação e Preparação para as Atividades	2 h/a
Módulo 5	13/11/2018	19/11/2018	Direito Coletivo	5 h/a
Módulo 6	20/11/2018	26/11/2018	Direito Processual - Fase de Conhecimento	5 h/a
Avaliação	27/11/2018	2/12/2018	Avaliação da Aprendizagem	3 h/a

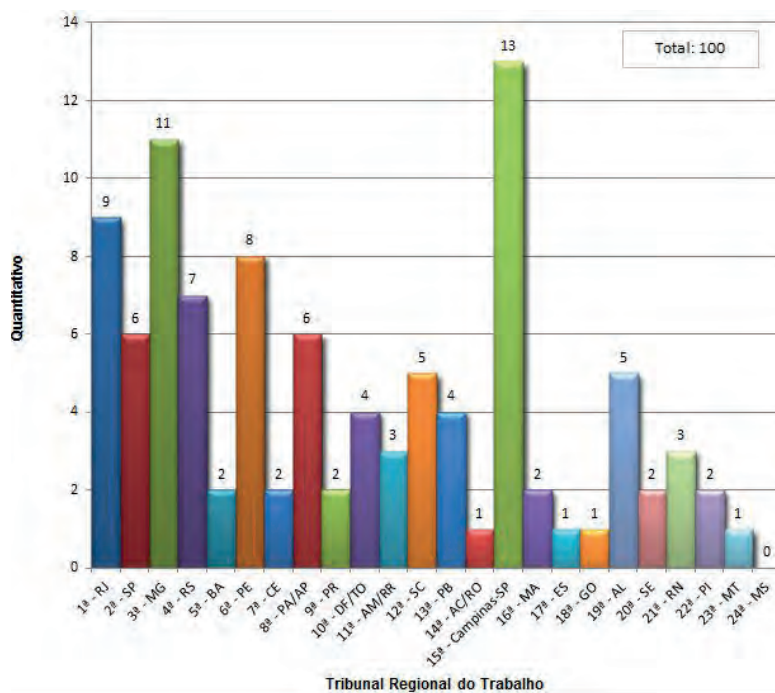


Gráfico 10 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada Reforma Trabalhista - Temas II A

Reforma Trabalhista - Temas II B

9 de novembro a 2 de dezembro de 2018

O Curso teve carga horária de 15 horas, divididas em dois módulos de conteúdo específico. Os primeiros dias destinaram-se ao Fórum de Ambientação (2 horas-aula) e os últimos dias ao Fórum de Avaliação (3 horas-aula). Os demais foram dedicados a leitura, discussão e avaliação das aulas. Houve o atendimento de 73 Magistrados do Trabalho.

Definiu-se como objetivo do curso oferecer ao Aluno-Juiz espaço para reflexões e debates sobre a reforma trabalhista, abordando os temas Direito Processual – Fase de Execução e Sistema Recursal.

Conteúdo Programático – Cronograma do Curso

Aula	Início	Término	Conteúdo	Carga Horária
Ambientação	9/11/2018	12/11/2018	Ambientação e Preparação para as Atividades	2 h/a
Módulo 7	13/11/2018	19/11/2018	Direito Processual - Fase de Execução	5 h/a
Módulo 8	20/11/2018	26/11/2018	Sistema Recursal	5 h/a
Avaliação	27/11/2018	2/12/2018	Avaliação da Aprendizagem	3 h/a

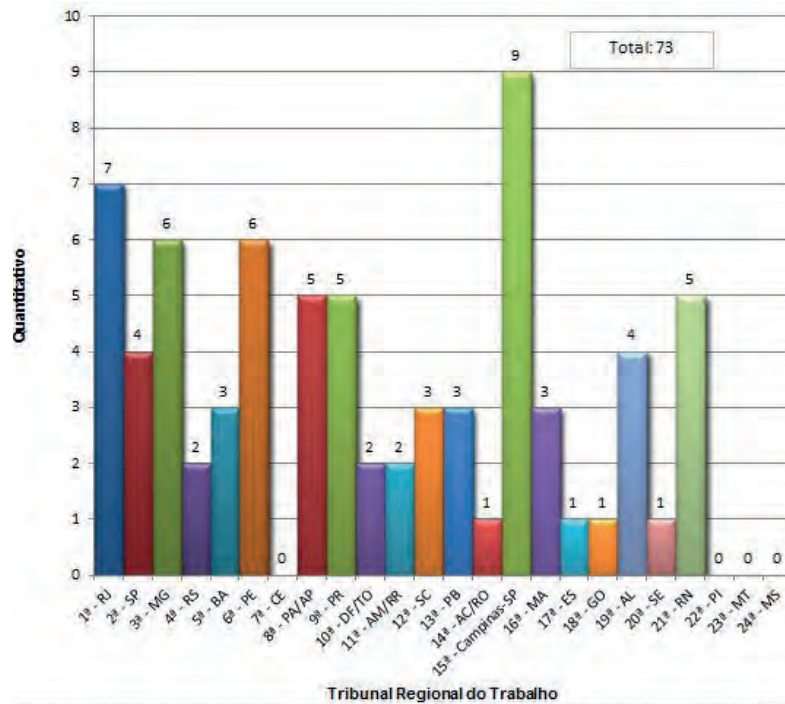


Gráfico 11 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada Reforma Trabalhista - Temas II B

Formação de Formadores

A ENAMAT promove cursos de formação de formadores para a qualificação de profissionais de ensino, nos termos da Resolução Administrativa nº 1.158/2006, atualizada pela Resolução Administrativa nº 1.363, de 16 de novembro de 2009.

A execução da formação dos Magistrados do Trabalho, em âmbito nacional ou regional, seja na formação inicial, seja na formação continuada, requer profissionais de ensino qualificados e especializados em técnicas e ferramentas de ensino-aprendizagem adequadas à realidade vivenciada na jurisdição.

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho prepara instrutores ou professores, nas modalidades presencial e a distância, para que atuem nos cursos que promove, colocando-os, ainda, à disposição das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, a fim de desenvolverem ações educativas de qualidade.

Em 2018 foram realizados pela ENAMAT cinco cursos de formação de formadores na modalidade a distância, atendendo o total de 109 Magistrados do Trabalho. Demonstrem-se adiante os cursos promovidos pela Escola Nacional, destinados à formação de formadores.

Modalidade de Educação a Distância

Boas Práticas na Execução Trabalhista

14 de maio a 24 de junho de 2018

O Curso teve carga horária de 30 horas, divididas em cinco módulos de conteúdo específico. Os primeiros dias destinaram-se ao Fórum de Ambientação (2 horas-aula) e os últimos dias ao Fórum de Avaliação (3 horas-aula). Os demais foram dedicados a leitura, discussão e avaliação das aulas. Houve o atendimento de 22 Magistrados do Trabalho.

Definiu-se como objetivo do curso oferecer ao Aluno-Juiz espaço para reflexões e debates sobre propostas de práticas jurisdicionais capazes de contribuir para a Efetividade da Execução Trabalhista, bem como prepará-lo para a docência na ENAMAT Virtual.

Aula	Início	Término	Carga Horária
Ambientação	14/5/2018	16/5/2018	2 h/a
Aula 1	17/5/2018	23/5/2018	5 h/a
Aula 2	24/5/2018	30/5/2018	5 h/a
Aula 3	31/5/2018	6/6/2018	5 h/a
Aula 4	7/6/2018	13/6/2018	5 h/a
Aula 5	14/6/2018	20/6/2018	5 h/a
Avaliação	21/6/2018	24/6/2018	3 h/a

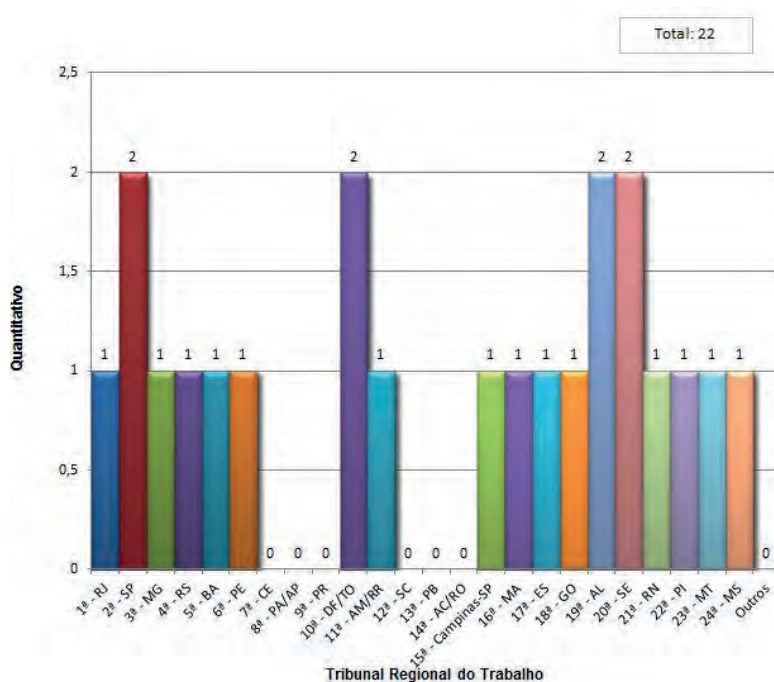


Gráfico 12 – Magistrados inscritos no Curso de Formação de Formadores Boas Práticas na Execução Trabalhista

Reforma Trabalhista – Temas I

17 de agosto a 24 de setembro de 2018

O Curso teve carga horária de 30 horas, divididas em quatro módulos de conteúdo específico. Os primeiros dias destinaram-se ao Fórum de Ambientação (2 horas-aula) e os últimos dias ao Fórum de Avaliação (4 horas-aula). Os demais foram dedicados a leitura, discussão e avaliação das aulas. Houve o atendimento de 25 Magistrados do Trabalho.

Definiu-se como objetivo do curso preparar o Aluno-Juiz para a docência na ENAMAT Virtual, bem como oferecer espaço para reflexões e debates sobre a reforma trabalhista, abordando os temas Teoria Geral do Direito do Trabalho, Direito Tutelar do Trabalho, Danos Morais e Contratos Atípicos, e Remuneração.

Conteúdo Programático – Cronograma do Curso

Aula	Início	Término	Conteúdo	Carga Horária
Ambientação	17/8/2018	20/8/2018	Ambientação e Preparação para as Atividades	2 h/a
Módulo 1	21/8/2018	27/8/2018	Teoria Geral do Direito do Trabalho	6 h/a
Módulo 2	8/8/2018	3/9/2018	Direito Tutelar do Trabalho	6 h/a
Módulo 3	4/9/2018	10/9/2018	Danos Morais e Contratos Atípicos	6 h/a
Módulo 4	11/9/2018	17/9/2018	Remuneração	6 h/a
Avaliação	18/9/2018	24/9/2018	Avaliação da Aprendizagem	4 h/a

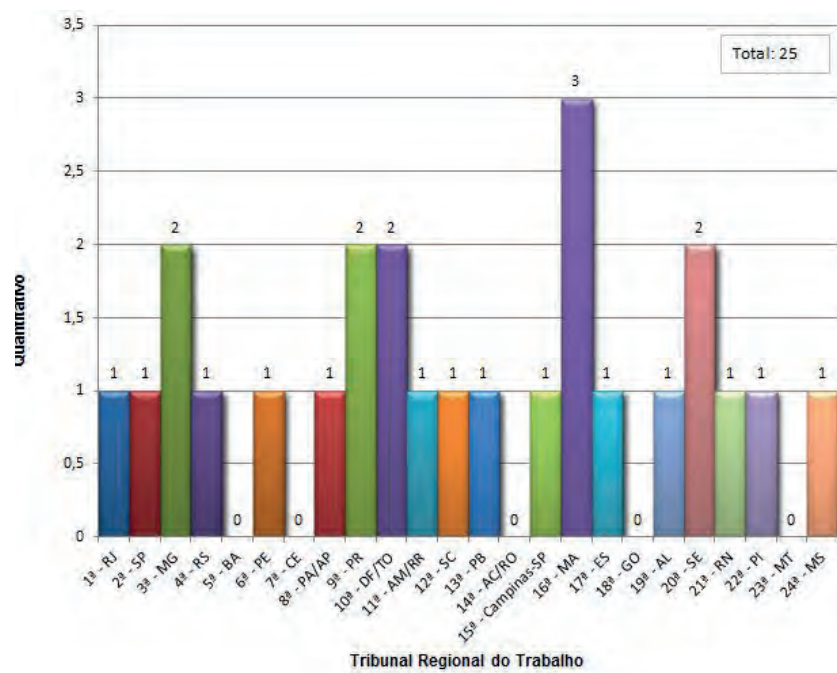


Gráfico 13 – Magistrados inscritos no Curso de Formação de Formadores Reforma Trabalhista – Temas I

Reforma Trabalhista – Temas II

17 de agosto a 24 de setembro de 2018

O Curso teve carga horária de 30 horas, divididas em quatro módulos de conteúdo específico. Os primeiros dias destinaram-se ao Fórum de Ambientação (2 horas-aula) e os últimos dias ao Fórum de Avaliação (4 horas-aula). Os demais foram dedicados a leitura, discussão e avaliação das aulas. Houve o atendimento de 22 Magistrados do Trabalho.

Definiu-se como objetivo do curso preparar o Aluno-Juiz para a docência na ENAMAT Virtual, bem como oferecer espaço para reflexões e debates sobre a reforma trabalhista, abordando os temas Direito Coletivo, Direito Processual – Fase de Conhecimento, Direito Processual – Fase de Execução, e Sistema Recursal.

Conteúdo Programático – Cronograma do Curso

Aula	Início	Término	Conteúdo	Carga Horária
Ambientação	17/8/2018	20/8/2018	Ambientação e Preparação para as Atividades	2 h/a
Módulo 5	21/8/2018	27/8/2018	Direito Coletivo	6 h/a
Módulo 6	8/8/2018	3/9/2018	Direito Processual - Fase de Conhecimento	6 h/a
Módulo 7	4/9/2018	10/9/2018	Direito Processual - Fase de Execução	6 h/a
Módulo 8	11/9/2018	17/9/2018	Sistema Recursal	6 h/a
Avaliação	18/9/2018	24/9/2018	Avaliação da Aprendizagem	4 h/a

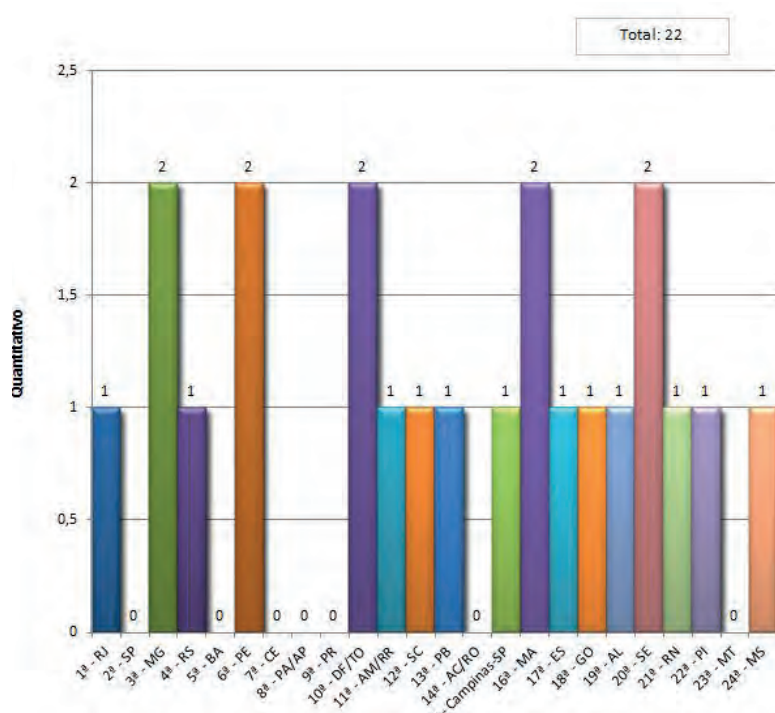


Gráfico 14 – Magistrados inscritos no Curso de Formação de Formadores Reforma Trabalhista – Temas II

Direito Previdenciário Aplicado às Relações de Trabalho

21 de setembro a 4 de novembro de 2018

O Curso teve carga horária de 30 horas, divididas em cinco módulos de conteúdo específico. Os primeiros dias destinaram-se ao Fórum de Ambientação (2 horas-aula) e os últimos dias ao Fórum de Avaliação (3 horas-aula). Os demais foram dedicados a leitura, discussão e avaliação das aulas. Houve o atendimento de 20 Magistrados do Trabalho.

Definiu-se como objetivo do curso preparar o Aluno-Juiz para a docência na *ENAMAT Virtual*, bem como oferecer espaço para o debate sobre Direito Previdenciário, abordando seus efeitos e sua aplicação nas relações de trabalho.

Conteúdo Programático – Cronograma do Curso

Aula	Início	Término	Conteúdo	Carga Horária
Ambientação	21/9/2018	24/9/2018	Ambientação e Preparação para as Atividades	2 h/a
Aula 1	25/9/2018	1/10/2018	Direito Previdenciário Aplicado às Relações de Trabalho	5 h/a
Aula 2	2/10/2018	8/10/2018	Custeio da Seguridade Social	5 h/a
Aula 3	9/10/2018	15/10/2018	Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais	5 h/a
Aula 4	16/10/2018	22/10/2018	Os Benefícios por Incapacidade	5 h/a
Aula 5	23/10/2018	29/10/2018	Os Efeitos dos Benefícios no Contrato de Trabalho	5 h/a
Avaliação	30/10/2018	04/11/2018	Período de Avaliação	3 h/a

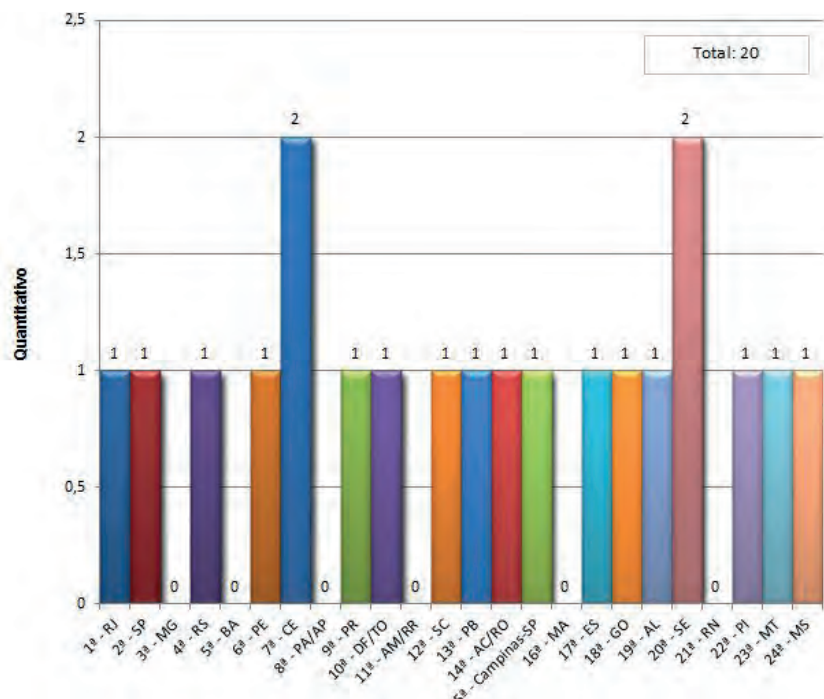


Gráfico 15 – Magistrados inscritos no Curso de Formação de Formadores Direito Previdenciário Aplicado às Relações de Trabalho

Hermenêutica Jurídica

28 de setembro a 11 de novembro de 2018

O Curso teve carga horária de 30 horas, divididas em cinco módulos de conteúdo específico. Os primeiros dias destinaram-se ao Fórum de Ambientação (2 horas-aula) e os últimos dias ao Fórum de Avaliação (3 horas-aula). Os demais foram dedicados a leitura, discussão e avaliação das aulas. Houve o atendimento de 20 Magistrados do Trabalho.

Definiu-se como objetivo do curso preparar o Aluno-Juiz para a docência na ENAMAT Virtual, bem como oferecer espaço para reflexões e debates sobre hermenêutica jurídica, abordando os temas: Evolução Histórica do Pensamento Hermenêutico, O Neopositivismo, O encontro da Hermenêutica Filosófica com a Hermenêutica Jurídica, A Hermenêutica Constitucional e Métodos de Interpretação na Hermenêutica Constitucional.

Conteúdo Programático – Cronograma do Curso

Aula	Início	Término	Conteúdo	Carga Horária
Ambientação	28/9/2018	1/10/2018	Ambientação e Preparação para as Atividades	2 h/a
Aula 1	2/10/2018	8/10/2018	Evolução Histórica do Pensamento Hermenêutico	5 h/a
Aula 2	9/10/2018	15/10/2018	O Neopositivismo	5 h/a
Aula 3	16/10/2018	22/10/2018	O encontro da Hermenêutica Filosófica com a Hermenêutica Jurídica	5 h/a
Aula 4	23/10/2018	29/10/2018	A Hermenêutica Constitucional	5 h/a
Aula 5	30/10/2018	5/11/2018	Métodos de Interpretação na Hermenêutica Constitucional	5 h/a
Avaliação	6/11/2018	11/11/2018	Período de Avaliação	3 h/a

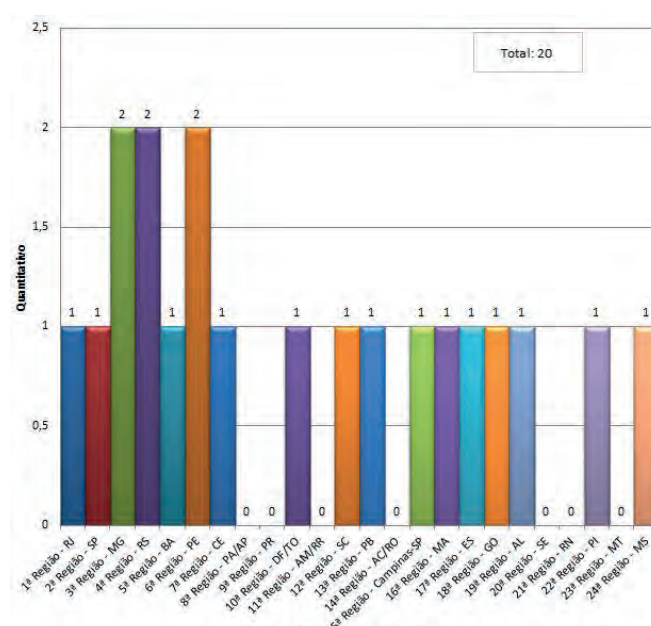


Gráfico 16 – Magistrados inscritos no Curso de Formação de Formadores Hermenêutica Jurídica

Convênios e Acordos de Cooperação

enammat

Convênios e Acordos de Cooperação

A ENAMAT firma convênios e acordos de cooperação com entidades diversas, voltados para a formação de Magistrados do Trabalho e o aperfeiçoamento das atividades formativas e de gestão das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho. Em 2018, foram firmados acordos com a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, com o Centro de Estudos Judiciários de Portugal e com o Conselho Nacional de Justiça e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, conforme abaixo indicado.

Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho

Acordo assinado no dia 13 de junho de 2018 pelos Excelentíssimos Senhores Ministros Lelio Bentes Corrêa, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho e Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

O acordo tem por objeto firmar parceria entre os partícipes para o desenvolvimento e execução de ações da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho destinadas a promover a supervisão e a orientação administrativa dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Varas do Trabalho, assim como de ações da ENAMAT destinadas à consecução de suas atribuições na formação profissional.

Centro de Estudos Judiciários – CEJ (Portugal)

Segundo Termo Aditivo ao Protocolo de Cooperação celebrado ENAMAT e pelo Centro de Estudos Judiciários – CEJ (Portugal), com vigência prorrogada por 24 meses, a contar de 8/10/2018.

O acordo tem por objeto firmar parceria entre os partícipes para o desenvolvimento e execução de ações da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho destinadas a promover a supervisão e a orientação administrativa dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Varas do Trabalho, assim como de ações da ENAMAT destinadas à consecução de suas atribuições na formação profissional.

Conselho Nacional de Justiça - CNJ e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM

Termo de Cooperação Técnica assinado no dia 12/12/2018 pelos Excelentíssimos Senhores Ministro Dias Toffoli, Presidente do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Ministro Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, Diretor-Geral Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira – ENFAM e Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

Resoluções e Atos

enammat

Resoluções e Atos

As Resoluções e Atos apresentados a seguir são originários do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e desta Escola Nacional. Referem-se a normas, ações e designações relativas à competência da ENAMAT.

Resolução/Ato	Origem	Ementa
Resolução Administrativa n.º 1973, de 20 de março de 2018	Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho	Transfere ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho a competência para promover o Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho e todas as atribuições relacionadas à sua execução
Resolução Administrativa n.º 1985, de 7 de maio de 2018	Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho	Transfere a Coordenadoria de Concurso da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho para a Secretária-geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho com as seguintes funções: I - uma função comissionada de Assistente 2, nível FC-2; II - uma função comissionada de Assistente 3, nível FC-3; III - uma função comissionada de Assistente 5, nível FC-5; e IV - uma função comissionada de Assistente 6, nível FC-6
Resolução ENAMAT n.º 20, de 30 de agosto de 2018	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho	Institui o Programa Nacional de Pesquisa da ENAMAT ("ENAMAT Pesquisa") e regulamenta suas atividades
Resolução ENAMAT n.º 21, de 11 de dezembro de 2018	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho	Institui o Programa Nacional de Intercâmbio Profissional de Magistrados do Trabalho
Ato ENAMAT n.º 1 Republicado, de 7 de março de 2018	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho	Designa Juiz Titular de Vara do Trabalho para assessorar e auxiliar o Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT
Ato ENAMAT n.º 03/2018, de 5 de junho de 2018	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho	Institui a Comissão Temporária para Análise e Tratamento do Acervo Digital da Formação Profissional para o Portal de Conteúdo da ENAMAT
Ato ENAMAT n.º 04/2018, de 4 de junho de 2018	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho	Institui a Comissão de Atualização dos Programas Nacionais de Formação Profissional dos Magistrados do Trabalho da ENAMAT
Ato ENAMAT n.º 05/2018, de 15 de agosto de 2018	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho	Delega poderes de substituição na Direção da Escola Nacional, no período de 4 de setembro a 31 de outubro de 2018, ao Excelentíssimo Senhor Ministro José Roberto Freire Pimenta, Conselheiro da ENAMAT
Ato ENAMAT n.º 06/2018, de 10 de setembro de 2018	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho	Institui o Comitê Científico de Assessoramento à Pesquisa da ENAMAT
Ato Conjunto CGJT.ENAMAT n.º 01/2018, de 3 de setembro de 2018	Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho	Altera dispositivos do Ato Conjunto CGJT.ENAMAT n.º 01/2013

Conselho Consultivo

enammat



Integrantes do Conselho Consultivo da ENAMAT

Conselho Consultivo

1ª Reunião - Biênio 2018 / 2020

20 de março de 2018

O novo Conselho Consultivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho realizou a primeira reunião de trabalho. O encontro ocorreu na sede da Escola, em Brasília.

Estavam presentes na reunião o Diretor da ENAMAT, Ministro Vieira de Mello Filho, o Vice-Diretor, Ministro Augusto César Leite de Carvalho, os Ministros Walmir Oliveira da Costa, Kátia Magalhães Arruda e José Roberto Freire Pimenta; os Desembargadores Manoel Carlos Toledo Filho, do TRT da 15ª Região (Campinas/ SP), e Margareth Rodrigues Costa, do TRT da 5ª Região (BA); e o Juiz Homero Batista, da 2ª Região (SP).

Compareceram também ao encontro o presidente do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho - CONEMATRA, Desembargador Amaury Rodrigues Pinto Júnior, e o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, Juiz Guilherme Guimarães Feliciano. O Ministro Vieira de Mello Filho enfatizou a importância da articulação interinstitucional com a CONEMATRA e a ANAMATRA no desenvolvimento de projetos importantes para a magistratura e para a Justiça do Trabalho.

Entre os assuntos da reunião estavam itens importantes como a situação do 1º Concurso Nacional para a Magistratura Trabalhista, iniciativas em andamento da gestão, realização de seminários, palestras e aulas a distância.



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, e Juiz Giovanni Olsson, Auxiliar da Direção



Ministro Augusto César Leite de Carvalho e Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT



1ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, Biênio 2018 / 2020



Ministra Kátia Magalhães Arruda na 1ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, Biênio 2018 / 2020



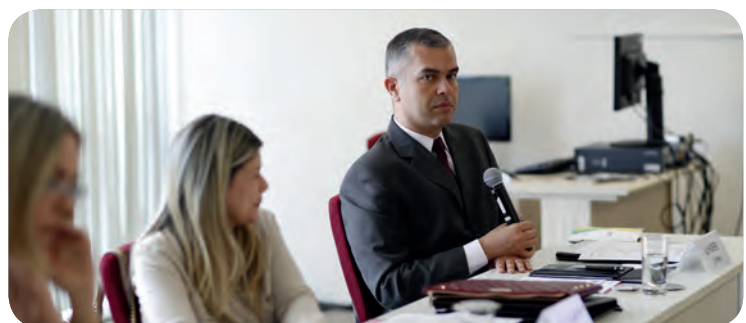
Ministro José Roberto Freire Pimenta na 1ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, Biênio 2018 / 2020



1ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, Biênio 2018 / 2020



Desembargadora Margareth Rodrigues Costa na 1ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, Biênio 2018 / 2020



Juiz Homero Batista Mateus da Silva na 1ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, Biênio 2018 / 2020

2ª Reunião - Biênio 2018 / 2020

8 de maio de 2018

O Conselho Consultivo reuniu-se, no dia 8 de maio, para trocar informações sobre as atividades distribuídas aos Conselheiros da ENAMAT, dentre outros assuntos gerais.

A reunião foi presidida pelo Diretor da ENAMAT, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, e ocorreu na sala da Direção.

3ª Reunião - Biênio 2018 / 2020

15 de agosto de 2018

O Conselho Consultivo reuniu-se, no dia 15 de agosto, para apresentação do Projeto ENAMAT Pesquisa, dentre outros assuntos gerais.

A reunião foi presidida pelo Diretor da ENAMAT, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, e ocorreu na sala da Direção e por videoconferência.



3ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, Biênio 2018 / 2020



3ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, Biênio 2018 / 2020



3ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, Biênio 2018 / 2020



3ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, Biênio 2018 / 2020



3ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, Biênio 2018 / 2020

4ª Reunião - Biênio 2018 / 2020

19 de novembro de 2018

O Conselho Consultivo reuniu-se, no dia 19 de novembro, para encaminhamento de atividades em conjunto com a Embaixada dos Estados Unidos; análise da adesão ao Pacto Global; aspectos gerais do novo modelo de formação inicial; estruturação dos cursos de formação inicial para o ano de 2019; dentre outros assuntos gerais.

A reunião foi presidida pelo Diretor da ENAMAT, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, e ocorreu na sala da Direção.



**Sistema Integrado
de Formação de
Magistrados
do Trabalho
– SIFMT**

enamat

Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT

1ª Reunião - Biênio 2018 / 2020

23 e 24 de maio de 2018

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho promoveu nos dias 23 e 24 de maio a primeira reunião do ano do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho -SIFMT. Participaram do encontro representantes das 24 Escolas Judiciais dos TRTs.

Essa foi a primeira reunião realizada na gestão do Diretor da ENAMAT, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, eleito para o biênio 2018/2020. Entre os assuntos tratados estavam o andamento do Concurso da Magistratura Nacional, a educação a distância e o auxílio orçamentário para as Escolas Judiciais.

A reunião do SIFMT ocorre periodicamente e é o espaço oficial e institucional de diálogo e intercâmbio entre as Escolas Judiciais. O grupo discute questões relativas à formação de Magistrados do Trabalho. A preparação dos magistrados é de responsabilidade do SIFMT, composto pela ENAMAT, órgão central do sistema, e pelas Escolas Judiciais dos 24 TRTs.



1ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



1ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



Ministros Augusto César Leite de Carvalho e Luiz Philippe Vieira de Mello Filho na 1ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



Juizes Giovanni Olsson e Homero Batista Mateus da Silva na 1ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



1ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



1ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



1ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



1ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



1ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



1ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020

2ª Reunião - Biênio 2018 / 2020

30 e 31 de agosto de 2018

Na segunda reunião do ano do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho – SIFMT referente ao biênio 2018/2020, reuniram-se na sede da ENAMAT, em Brasília, os diretores das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, com a finalidade de discutir questões pertinentes à situação do auxílio orçamentário para as Escolas Judiciais; aos cursos de formação continuada para Supervisores de CEJUSCs; ao projeto ENAMAT Pesquisa; dentre outros assuntos gerais. Foram apresentadas as comissões de Tratamento do Acervo Digital e do Portal da Conteúdo e de Atualização dos Programas Nacionais de Formação Inicial e Continuada dos Magistrados do Trabalho. Os diretores apresentaram, ainda, boas-práticas para a sustentabilidade na formação e projetos para a área de educação a distância das Escolas Judiciais.



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho dirige os trabalhos da 2ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, na 2ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



Ministro José Roberto Freire Pimenta na 2ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



Juiz Homero Batista Mateus da Silva na 2ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



2ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



2ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



Juiz Roberto da Silva Fragale Filho, Coordenador da Comissão de Tratamento do Acervo Digital e do Portal de Conteúdo, na 2ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



2ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



2ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



2ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020

3ª Reunião - Biênio 2018 / 2020

3 e 4 de dezembro de 2018

Na terceira reunião do ano do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho – SIFMT referente ao biênio 2018/2020, reuniram-se na sede da ENAMAT, em Brasília, os diretores das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, com a finalidade de discutir questões pertinentes à questão das diferentes gerações na Magistratura; aos convênios da ENAMAT; ao Programa Nacional de Intercâmbio Profissional; à nova matriz da Formação Inicial; ao andamento do projeto ENAMAT Pesquisa; à questão do ativismo judicial; ao controle do patrimônio adquirido com recursos descentralizados; à expansão do Projeto TV ENAMAT; e perspectivas para a educação a distância para o ano de 2019.



3ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, na 3ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



Desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, apresentando "A Questão das Gerações na Magistratura" na 3ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



3ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



3ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



3ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



3ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



3ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020




Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, na 3ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



3ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, Biênio 2018 / 2020



3ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, Biênio 2018 / 2020



Palestras e Visitas Institucionais Realizadas

enarmat

Palestras e Visitas Institucionais Realizadas

3 de maio de 2018 – XIX CONAMAT/BH

O Diretor na ENAMAT, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, realizou palestra no XIX Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – CONAMAT, em Belo Horizonte - MG, sobre o tema *Reforma Trabalhista e Estado Social: Perspectiva no Direito Individual do Trabalho, no Direito Tutelar do Trabalho e no Direito Coletivo do Trabalho. Direito Intertemporal.*



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, em palestra no XIX CONAMAT



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, em palestra no XIX CONAMAT



XIX Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – CONAMAT, em Belo Horizonte - MG

7 de agosto de 2018 – Escola Judicial do TRT da 2ª Região

O Diretor na ENAMAT, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, participou da solenidade de descerramento da Galeria de Diretores da EJUD2 e da abertura oficial do 5º Ciclo de Formação Continuada de Magistrados do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

O Ministro realizou, ainda a palestra *Desafios dos Direitos Sociais e a Reforma Trabalhista.*



Cerimônia de descerramento da Galeria de Diretores da Escola Judicial do TRT da 2ª Região



Abertura do 5º Ciclo de Formação Continuada de Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região



Abertura do 5º Ciclo de Formação Continuada de Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, na abertura do 5º Ciclo de Formação Continuada de Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

26 de novembro de 2018 – TRT da 1ª Região

O Diretor na ENAMAT, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, participou no dia 26 de novembro, no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, da abertura do *Seminário Internacional Justiça do Trabalho nas Américas: Trajetórias e Perspectivas*.

O evento foi organizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e pela Escola Judicial do Regional fluminense, reuniu Magistrados, servidores e especialistas do Brasil, dos Estados Unidos, da Costa Rica, da Argentina e do Chile e teve como objetivo analisar e comparar os processos históricos que resultaram no surgimento da Justiça do Trabalho em diversos países das Américas, além de promover uma reflexão sobre o futuro da justiça e da legislação trabalhista.



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, na abertura Seminário Internacional "Justiças do Trabalho nas Américas: Trajetórias e Perspectivas"

Visitas Recebidas

enamamat

Visitas Recebidas

3 de abril de 2018 – Delegação da Embaixada dos Estados Unidos da América

Uma delegação da Embaixada dos Estados Unidos da América foi recebida no dia 3 de abril pela direção da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT e por membros de seu conselho consultivo. O Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, recebeu dos diplomatas americanos Kyle Richardson, da Seção Política da embaixada e chefe da delegação, e Frank DeParis, da Seção Econômica, proposta de parceria de intercâmbio que possibilite a juizes brasileiros conhecer o sistema do governo estadunidense para resolução de conflitos trabalhistas e, por outro lado, mostrar como funciona a nossa Justiça do Trabalho.

A parceria pretende viabilizar encontros de trabalho e teleconferências, mas inicialmente não será formalizada por meio de convênio. O Ministro Vieira de Mello Filho destacou a importância de conhecer os sistemas de outros países para solucionar conflitos trabalhistas e se comprometeu a levar a proposta ao Conselho Consultivo da ENAMAT no prazo de 30 dias para que sejam estabelecidos os conteúdos de interesse nesse intercâmbio, visando a buscar o maior proveito dessa colaboração.

Participaram do encontro os Ministros Augusto César Leite de Carvalho, vice-diretor da ENAMAT, Kátia Magalhães Arruda e José Roberto Freire Pimenta, membros do Conselho Consultivo da Escola Nacional, e o Juiz assessor Giovanni Olsson.

Os diplomatas americanos trouxeram material sobre o Federal Mediation Service, órgão do Executivo do governo norte-americano que trata apenas da intermediação de conflitos coletivos, e também receberam informações sobre a ENAMAT em inglês, espanhol e português e seu Relatório de Atividades 2016-2018.



ENAMAT recebe visita de delegação da Embaixada dos EUA



ENAMAT recebe visita de delegação da Embaixada dos EUA



ENAMAT recebe visita de delegação da Embaixada dos EUA



ENAMAT recebe visita de delegação da Embaixada dos EUA



ENAMAT recebe visita de delegação da Embaixada dos EUA



ENAMAT recebe visita de delegação da Embaixada dos EUA



ENAMAT recebe visita de delegação da Embaixada dos EUA



ENAMAT recebe visita de delegação da Embaixada dos EUA

11 de abril de 2018 – Diretor da Escola Judicial do TRT da 1ª Região

O Diretor na ENAMAT, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, recebeu no dia 11 de abril a visita do Desembargador Marcelo Augusto Souto de Oliveira, Diretor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região para tratar de assuntos administrativos e pedagógicos da Escola Judicial.

19 de abril de 2018 – Juíza do TRT da 2ª Região

O Diretor na ENAMAT, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, recebeu no dia 19 de abril a visita da Juíza Titular Thereza Christina Nahas, da 2ª Vara do Trabalho de Itapequerica da Serra - SP, para tratar de assuntos relacionados à Academia Brasileira de Direito Tributário - ABDT.



Outros Eventos

enarmat

Outros Eventos

Eventos Internos

Projeto Grandes Aulas – Teletrabalho / Proteção de Dados

A ENAMAT, em 14 de maio, deu início ao Projeto Grandes Aulas, que prevê a abordagem de temas impactantes do Direito do Trabalho por nomes de referência nacional e internacional e a publicação do conteúdo no portal da Escola Nacional. O primeiro material publicado é o registro em vídeo de aulas dos professores António Manuel Barreto Espadinha de Menezes Cordeiro da Universidade de Lisboa/Portugal e Pedro Nuno de Tavares Romano e Soares Martinez da Universidade de Lisboa/Portugal.

Teletrabalho

A aula do professor Pedro Martinez tratou do teletrabalho e de suas implicações sociais e jurídicas. Segundo o jurista, o modelo não é recente, mas “é preciso repensar a realidade e analisar o regime em si”.

Um dos problemas apontados diz respeito às regras de segurança e de saúde no trabalho. “O regime de proteção é exatamente igual para o trabalhador em domicílio”, afirma. “Todavia, como o empregador irá verificar se o local atende às questões de segurança de trabalho?”. Para o professor, é difícil propor uma inspeção no local de trabalho sem que isso represente uma invasão de privacidade.

Mas há vantagens para os dois lados, segundo Martinez. “O patrão diminui os custos com transporte e alimentação, e o trabalhador não perde tempo com deslocamento para o serviço e pode administrar suas horas de trabalho”, enumera. Por outro lado, o professor acredita que o teletrabalho pode trazer consequências complexas para o empregado, como o isolamento social, decorrente da perda do convívio com os colegas, e a quebra do poder sindical, ou seja, um afastamento da realidade da categoria profissional.

Proteção de dados

O professor Barreto Menezes tratou do Direito Geral da Personalidade no contexto social e jurídico atual, com ênfase na questão da proteção de dados. O tema vem sendo discutido pela Comunidade Europeia e conta até mesmo com data comemorativa: todos os anos, em 28 de janeiro, a Comissão Europeia celebra o Dia Europeu da Proteção de Dados.

Menezes assinalou que, a partir de 25 de maio deste ano, entrará em vigor o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, conjunto único de regras para todas as empresas ativas na União Europeia, independentemente da sua localização. O objetivo é que os cidadãos tenham um controle maior sobre os seus dados pessoais e que as empresas tenham condições mais equitativas. “Os dados atualmente representam grande bem econômico”, avaliou.

Formação

O Diretor da ENAMAT, Ministro Vieira de Mello Filho, disse que o projeto vai contribuir para a formação continuada dos Magistrados ao possibilitar a atualização em relação às doutrinas mais recentes sobre temas que afetam o Direito do Trabalho. O Ministro lembrou que as relações de trabalho têm sofrido impactos contundentes que envolvem também questões institucionais.

Com a iniciativa, juízes sem condição de serem mobilizados, em razão dos custos ou por não poderem abandonar a jurisdição, poderão contar com um ambiente digital para ter acesso às aulas. “A Escola Judicial irá investir com muito empenho nesse ambiente digital para que, através dessas ferramentas tecnológicas, possamos favorecer a formação permanente e continuada para os magistrados”, concluiu.



ENAMAT recebe juristas portugueses no projeto Grandes Aulas



Professor Pedro Martinez realiza palestra no projeto Grandes Aulas



ENAMAT recebe juristas portugueses no projeto Grandes Aulas



ENAMAT realiza projeto Grandes Aulas



Professor Barreto Menezes realiza palestra no projeto Grandes Aulas



ENAMAT recebe juristas portugueses no projeto Grandes Aulas



ENAMAT recebe juristas portugueses no projeto Grandes Aulas



ENAMAT recebe juristas portugueses no projeto Grandes Aulas



ENAMAT recebe juristas portugueses no projeto Grandes Aulas



ENAMAT recebe juristas portugueses no projeto Grandes Aulas

Projeto Grandes Aulas – Crise econômica X Direito do Trabalho

A ENAMAT, no dia 28 de agosto, palestra com o professor Dário Moura Vicente, da Universidade de Lisboa (Portugal), que falou sobre *A crise econômica e o favor laboratoris: a recente experiência de Portugal*. A intenção do docente foi trazer para os magistrados brasileiros as experiências que a crise econômica, ocorrida em Portugal entre 2011 e 2014, trouxe ao direito laboral do país.

“Escolhi esse tema por acreditar que é de interesse dos colegas (Magistrados) brasileiros. O Brasil hoje vive atualmente uma crise econômica, e houve, recentemente, uma reforma trabalhista que em alguns aspectos se assemelha ao que ocorreu em Portugal” destacou o especialista.

Durante a palestra ele detalhou os principais pontos que foram tratados pela reforma trabalhista portuguesa como as demissões, o pagamento de indenizações, o tempo de trabalho e os bancos de horas.

O professor da Universidade de Lisboa, no entanto, enfatiza que o Direito do Trabalho português continua muito diferente do brasileiro. Segundo ele, em Portugal o sistema é mais protetivo ao trabalhador.



Professor Dário Moura Vicente realiza palestra no projeto Grandes Aulas



ENAMAT recebe jurista português no projeto Grandes Aulas



ENAMAT realiza projeto Grandes Aulas



ENAMAT recebe jurista português no projeto Grandes Aulas



ENAMAT realiza projeto Grandes Aulas



Ministros José Roberto Freire Pimenta e Kátia Magalhães Arruda, membros da ENAMAT e Ministro João Batista Brito Pereira, Presidente do TST recebem o Professor Dário Moura Vicente



Ministro João Batista Brito Pereira, Presidente do TST, recebe o Professor Dário Moura Vicente



ENAMAT recebe jurista português na sala da Presidência do TST



ENAMAT recebe jurista português na sala da Presidência do TST

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi tem fotografia inaugurada na Galeria de ex-Diretores da ENAMAT

Foi realizada na tarde do dia 23 de maio a cerimônia de descerramento da fotografia da Ministra Maria Cristina Peduzzi na galeria de ex-Diretores da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho. “A administração do Tribunal tem um grande orgulho pelo que a ENAMAT faz em nome da melhor magistratura, educando e formando os nossos jovens Magistrados. E, nisso, a Ministra Cristina teve uma grande parcela de êxito”, afirmou o presidente do TST, Ministro Brito Pereira, na solenidade, que contou com a presença de Ministros e servidores do TST, além de Desembargadores, Diretores de Escolas Judiciais e Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais.

A Ministra Maria Cristina Peduzzi, que dirigiu a ENAMAT no biênio 2016/2018, disse sentir-se orgulhosa por ser homenageada por amigos de grande expressão profissional. “Estou mais que emocionada”, disse. Recebo esta homenagem, mas que ela sirva a toda a Diretoria e ao Conselho Consultivo da gestão passada. Mais aprendi na direção da escola do que contribuí”.

Diversidade

O atual Diretor da escola, Ministro Vieira de Mello Filho, enalteceu o trabalho das mulheres no Tribunal e na sociedade. “Trabalhamos para que a homenagem fosse a mais justa e proporcional à atuação da Ministra Maria Cristina, que foi a segunda mulher a ocupar o cargo de Ministra do TST e a primeira a ocupar o cargo de Diretora da ENAMAT”, destacou. “O que ela fez é muito significativo num país ainda sexista e hostil para com as mulheres. Certamente, a Ministra teve de fazer muitos sacrifícios para estar aqui, muito mais intensos do que aqueles exigidos dos homens”.

Segundo Vieira de Mello Filho, a diversidade enriquece o ambiente profissional, e a conquista da Ministra Maria Cristina é uma conquista de todas as mulheres. “Ela é uma mulher pioneira e à frente do seu tempo. O rosto feminino que agora será visto por todos nessa galeria tem uma história. Que essa foto possa ser acompanhada, muito em breve, de outras histórias e mensagens femininas, incluindo todas as mulheres, de todas as classes”, concluiu.

A Ministra Maria Cristina concluiu agradecendo a solenidade. “Recebo esta homenagem como gesto de carinho do Ministro Vieira de Mello Filho, que trouxe aqui o TST em peso e muitos amigos e colaboradores. Agradeço em nome de toda a equipe da ENAMAT”.



Galeria de ex-Diretores da ENAMAT



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, e Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi



Ministro Brito Pereira, Presidente do TST, e Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, discursa em cerimônia de descerramento da foto da Ministra Maria Cristina Peduzzi



Cerimônia de descerramento da foto da Ministra Maria Cristina Peduzzi na galeria de ex-Diretores da ENAMAT



Cerimônia de descerramento da foto da Ministra Maria Cristina Peduzzi na galeria de ex-Diretores da ENAMAT



Cerimônia de descerramento da foto da Ministra Maria Cristina Peduzzi na galeria de ex-Diretores da ENAMAT



Ministra Maria Cristina Peduzzi discursa na cerimônia de descerramento de sua foto na galeria de ex-Diretores da ENAMAT

Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social

24 e 25 de maio de 2018

O Ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, afirmou em conferência realizada no Tribunal Superior do Trabalho, que é árduo o trabalho de quem interpreta a lei, mas também extraordinário, em razão da missão de traduzir para o caso concreto aquilo que a lei proclama em abstrato. Fachin fez a conferência de inicial do *Seminário sobre Hermenêutica Constitucional e Direito Social*, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, e que contou com a presença de 171 Magistrados.

Na abertura do seminário, o presidente do TST, Ministro Brito Pereira, ressaltou a relevância do tema para a Justiça do Trabalho, sobretudo em um momento de tantas mudanças sociais e em que a Constituição da República completa 30 anos. “A hermenêutica é a ciência que nos permite compreender os textos com os quais lidamos todos os dias no Tribunal Superior do Trabalho”, assinalou.

O Ministro destacou também que os direitos sociais são o material primordial da Justiça do Trabalho. “Aqui estudamos a Constituição com olhos para os direitos sociais. É o nosso ramo”, afirmou, lembrando que os Ministros do TST se deparam diariamente com temas constitucionais nos processos.

Para o diretor da ENAMAT, Ministro Vieira de Mello Filho, o tema da hermenêutica é fundamental para o Poder Judiciário como um todo, pois vivemos um momento de grande discussão nacional em termos de exigências de categorias e de reivindicação de direitos. “Há uma grande controvérsia instalada no país, e a hermenêutica vinculada a direitos sociais nos pareceu um tema relevante para pensarmos a forma de aplicação das leis”.

A abertura contou ainda com a presença da Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, da Ministra Rosa Weber, do STF, do Procurador-Geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, e dos Ministros do TST Guilherme Caputo Bastos e Kátia Arruda.

Premissas

Segundo o Ministro Fachin, a hermenêutica constitucional parte de três premissas. A primeira é a compreensão de que o bioma humano e interpretativo pressupõe o pluralismo jurídico, “a percepção segundo a qual não temos lugares de certezas infinitas”. Em tal contexto, as ideias não podem ser, a seu ver, “um interpretável insolúvel”, mas “uma ponte para a construção de soluções”.

O Ministro do STF lembrou que os magistrados têm o dever de fundamentação para construir essa ponte, “que não é única nem exclusiva, e que pode ser revista ali na frente”. Nesse sentido, a ideia de pluralidade pressupõe a compreensão da diversidade, de respeito ao outro. “O juízo da certeza cede lugar ao juízo da dúvida, que dialoga com a dúvida e, a partir dela, constrói uma argumentação inclusiva, não excludente”.

A segunda premissa seria a liberdade de expressão de pensamento, que pressupõe a realização do diálogo e o reconhecimento do outro. “Assim não se aniquila ninguém no diálogo”, ressaltou.

A terceira é que, para se viver em uma sociedade democrática, com todas as suas “disputabilidades de sentidos”, é preciso a compressão da diversidade e do respeito ao outro. “Nessa alta voltagem em que vivemos, quase que eliminamos a necessidade de temperança e de diálogo”, observou.

Reforma trabalhista

O Ministro Edson Fachin disse que a hermenêutica constitucional contemporânea está cheia de desafios, e que há atualmente uma diluição da ordem jurídica e a perda do tônus legislativo. “Há matérias com abundâncias legislativas, e às vezes encontramos um legislador que se abstém”, assinalou.

Como exemplo, citou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, em que a Procuradoria-Geral da República pede que o STF declare a inconstitucionalidade do artigo 790-B da CLT (caput e § 4º). O dispositivo responsabiliza a parte sucumbente (vencida) pelo pagamento de honorários periciais, ainda que beneficiária da justiça gratuita. “Tivemos, no sintoma do tônus legislativo, uma proclamação em que o legislador infraconstitucional avaliou a seu juízo as possibilidades e os limites da proteção do direito fundamental ao acesso à justiça, confrontando-o com outros bem jurídicos considerados relevantes, como, por exemplo, a economia para os cofres da União”, explicou.

Em situações como essa, o Ministro afirmou que é necessário avaliar se a solução dada a esse contraste de direitos atende ao princípio e às regras constitucionais. “Qual é a solução que se tem para esse contraste à luz de uma hermenêutica constitucional, que se projete para direitos que concerne a todos, como direito de acesso à justiça?”, questionou.

“Nos dias de hoje parece-me que nos retiraram de uma certa embriaguez hermenêutica porque nem todas as escolhas são possíveis. Nenhum de nós tem uma Constituição para chamar de sua. Portanto, todos temos o dever de superar uma espécie de nirvana constitucional que se estabeleceu entre nós para respondermos, nos limites e nas possibilidades do ordenamento jurídico democrático, aos sentidos possíveis desafiados pelos fatos contemporâneos”.

Idioma

Segundo Edson Fachin, todas essas análises se constroem a partir de dúvidas, de diálogos e de dissensos que fundamentam aquilo que reputa, do ponto de vista tópico e sistemático, ser o “idioma da Constituição”. Trata-se, segundo sua definição, de numa linguagem feita da matéria viva, “e os juízes das relações de trabalho são juízes da matéria mais viva que há na sociedade”, concluiu.

Cronograma de atividades:

Dia 24/5/2018	
17h	Credenciamento
18h	<p>Abertura</p> <p>Ministro João Batista Brito Pereira - Presidente do TST e do CSJT Ministro Luiz Edson Fachin – STF Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho - Diretor da ENAMAT Ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa – STF Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos - Presidente do CEFAST/TST Doutora Raquel Elias Ferreira Dodge - Procuradora-Geral da República – PGR Ministra Kátia Magalhães Arruda – TST Procurador-Geral do Trabalho – Ronaldo Curado Fleury – MPT</p>
19h	<p>Conferência de abertura</p> <p>Ministro Luiz Edson Fachin – STF Tema – Hermenêutica constitucional e direito social</p>

Dia 25/5/2018

9 às 10h	Conferência I Presidente de Mesa: Ministro Augusto César Leite de Carvalho – Vice-Diretor da ENAMAT Professor Mario Garmendia Arigón – <i>Universidad de la República</i> – Uruguai Tema – Do juiz “boca da lei” ao juiz hermeneuta
10 às 11h	Conferência II Presidente de Mesa: Ministra Kátia Magalhães Arruda – Conselheira da ENAMAT Professor Oscar Vilhena Vieira – Fundação Getúlio Vargas – São Paulo Tema – Reforma trabalhista em face do sistema de controle de constitucionalidade
11 às 12h	Conferência III Presidente de Mesa: Ministro José Roberto Freire Pimenta – Conselheiro da ENAMAT Professor Georges Abboud – Instituto Brasileiro de Direito Público Tema – A importância do judiciário na tutela dos direitos sociais em uma democracia frágil
14 às 15h	Conferência IV Presidente de Mesa: Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira – TST Professor Daniel Mitidiero – Universidade Federal do Rio Grande do Sul Tema – Tutela constitucional do processo e direitos sociais
15 às 16h	Conferência V Presidente de Mesa: Ministro Maurício Godinho Delgado – TST Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho – Diretor da ENAMAT Professora Aldacy Rachid Coutinho – Universidade Federal do Paraná Tema – Hermenêutica constitucional, direitos sociais e a visão do STF



Cerimônia de abertura do Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Cerimônia de abertura do Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Cerimônia de abertura do Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Ministros do STF, Rosa Maria Weber e Luiz Edson Fachin, na cerimônia de abertura do Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Cerimônia de abertura do Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Cerimônia de abertura do Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Cerimônia de abertura do Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Ministros Luiz Edson Fachin, do STF, e João Batista Brito Pereira, Presidente do TST, na cerimônia de abertura do Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Cerimônia de abertura do Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Ministro Luiz Edson Fachin, do STF realiza conferência de abertura do Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Ministro Augusto César Leite de Carvalho e Prof. Mario Garmendia Arigón no Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Conferência I - Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Prof. Mario Garmendia Arigón no Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Conferência I - Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Prof. Mario Garmendia Arigón é homenageado no Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Ministra Kátia Magalhães Arruda e Prof. Oscar Vilhena Vieira no Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Prof. Oscar Vilhena Vieira no Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Conferência II - Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social





Prof. Georges Abboud no Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Conferência III - Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Prof. Georges Abboud é homenageado no Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira no Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira e Prof. Daniel Mitidiero no Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Prof. Daniel Mitidiero no Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Prof. Daniel Mitidiero é homenageado no Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Ministro Maurício Godinho Delgado no Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, no Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Conferência V - Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Prof. Aldacy Rachid Coutinho no Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Cerimônia de abertura do Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Conferência V - Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Prof. Aldacy Rachid Coutinho é homenageada no Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, no encerramento do Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social



Membros da ENAMAT, no encerramento do Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social

Seminário Ética e Magistratura

20 e 21 de setembro de 2018

A ENAMAT promoveu, nos dias 20 e 21 de setembro, o *Seminário Ética e Magistratura*, realizado na Sala de Sessões Herácito Pena Júnior, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em Brasília. A conferência de abertura, com o tema Ética Judicial, foi proferida pelo Professor Daniel Sarmiento, professor de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Ele observou que, atualmente, os brasileiros têm mais conhecimento sobre legislação e se sentem à vontade para conversar sobre o tema em bares e até criticar alguns episódios do universo jurídico. O evento contou com a participação de 165 Magistrados.

Sarmiento explicou que, historicamente, o Brasil era um país que não cumpria as leis existentes. A situação mudou a partir da promulgação da Constituição da República de 1988, que consolidou os direitos fundamentais e introduziu formas de questionar as leis por meio do controle de constitucionalidade. Todos esses fatores, segundo ele, foram importantes para aumentar as demandas judiciais e, conseqüentemente, a atividade do judiciário como um todo.

Princípios vagos

De acordo com o professor, alguns termos usados na Constituição são “vagos” e bastante “amplos”, o que exige ainda mais de atenção por parte dos magistrados brasileiros para manter a imparcialidade na hora de julgar os processos. “Às vezes esses princípios muito vagos podem ser bonitos, mas há um risco permanente de que sejam usados em favor daqueles que podem”, alertou.

Ética X Direito

Daniel Sarmiento explicou ainda que, nas sociedades mais rudimentares, os conceitos de Ética e de Direito ainda se confundem. No entanto, numa sociedade complexa como a brasileira, são bem diferentes. Ele lembrou que essa divisão já era clara desde a Segunda Guerra Mundial, quando os oficiais alemães justificaram os atos do holocausto no Tribunal de Nuremberg ao dizer que apenas cumpriram o que as leis da época previam.

Posicionamentos políticos

Até que ponto juízes podem falar de política? Com esse questionamento, o professor Sarmiento enfatizou que é preciso entender que existe o princípio da universalidade de direitos fundamentais, e que os juízes também são titulares desses direitos.

“Não dá para dizer que juízes não têm liberdade de expressão, mas a Constituição veda a atividade político-partidária aos juízes”, assinalou. Mesmo assim, a seu ver, a vedação não se aplica de maneira totalmente uniforme. Como exemplo, citou um grupo de juízes de primeiro grau que participou de atos sobre o impeachment em 2016, mas “que nunca iriam julgar nada nesse sentido”, uma vez que o mérito da questão seria discutido efetivamente somente nos Tribunais Superiores.

Direito do Trabalho e a imparcialidade

Daniel Sarmiento afirmou que existem setores do próprio Judiciário que criticam a existência da Justiça do Trabalho e sua eventual “parcialidade”. “Como conciliar a ideia da imparcialidade com o ramo do Direito que presume uma desigualdade?” questionou Magistrados presentes na plateia. “É uma crítica enviesada. O mesmo fenômeno existe no Direito do consumidor, e ninguém fala”.

Segurança digital

Duas conferências abordaram as implicações do ambiente digital sobre a atividade jurisdicional e vida pessoal do magistrado.

O segundo dia do *Seminário Ética e Magistratura* contou, na programação da manhã, com duas conferências que abordaram as implicações do ambiente digital, especialmente das redes sociais, sobre a atividade jurisdicional e sobre a vida pessoal do magistrado.

Os conferencistas alertaram para os riscos que essas ferramentas de interação social podem trazer sobre a integridade e para a imagem da Justiça e para a segurança dos juízes e de seus familiares.

Adaptação e cautela

Na primeira delas, presidida pelo Ministro do TST e conselheiro da ENAMAT Walmir Oliveira da Costa, o professor doutor Eduardo Bittar, da Universidade de São Paulo (USP), tratou do tema *As Implicações Éticas nas Redes Sociais para os Membros do Poder Judiciário*.

Bittar ressaltou que o Direito não deve se manter estático neste processo de evolução digital, uma vez que as conexões eletrônicas estão cada vez mais presentes na sociedade. Entretanto, ele alerta que o magistrado, usuário ou não das redes, precisa ter cautela e desconfiança sobre o conteúdo consumido ou produzido nesse ambiente, especialmente em casos que alcançam proporções midiáticas.

“Um juiz midiático deve ter cuidado e neutralidade em perfis e comentários que possam, por exemplo, adiantar sentenças ou demonstrar posições políticas”, disse. “É melhor se tornar observador das redes do que atuar nelas”.

Tendência mundial

O professor observou ainda que o ambiente digital surge como uma quarta geração dos Direitos Humanos, uma vez que, neste novo meio de interação social, a dignidade da pessoa humana muitas vezes é transgredida. “O Direito francês já está se adaptando aos novos aspectos da dignidade da pessoa humana no meio digital”, observou.

Segundo ele, o avanço da revolução tecnológica trouxe sobrecarga de informações que, em muitos casos, traz desinformação que, por sua vez, causa o enfraquecimento da ética e das relações sociais. Para Bittar, o Direito tem a tarefa de regular esse avanço e evitar a progressão dos pontos negativos do processo. “O Brasil e o mundo já começam a legislar e a regular essas questões”, observou.

Proteção às informações

A segunda conferência teve a mesa presidida pelo Desembargador e Conselheiro Manoel Carlos Toledo Filho, do TRT da 15ª Região. Nela, o delegado da Polícia Federal José Fernando Moraes Chuy tratou do tema *As Redes Sociais e as Informações Sensíveis dos Magistrados*.

O delegado fez questão de enfatizar que o ambiente da internet não é seguro para os seus usuários e ressaltou que é cada vez mais comum a atuação de organizações criminosas e terroristas nesse meio. Segundo Chuy, o Brasil hoje ocupa a segunda posição no *ranking* de crimes cibernéticos.

Ele observa que todos, inclusive os órgãos governamentais, não estão livres do poder de atuação dos crimes digitais. Como exemplo, citou os casos de invasão aos sistemas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em outubro de 2016, e do Tribunal de Justiça de São Paulo, em maio de 2017.

Redes sociais x segurança

Chuy afirmou que não são apenas os sistemas que estão sujeitos a violações. Segundo ele, o avanço das redes sociais a partir dos anos 2000 permitiu que informações pessoais dos usuários estivessem ao acesso de todos, incluindo pessoas mal-intencionadas.

Para o delegado, é importante para um magistrado, assim como para um policial, não fornecer informações pessoais em excesso no ambiente digital. Ele desaconselha que dados como endereços, *e-mails*, telefones, registro de lugares que visitam por meio do localizar, fotos ou marcações em publicações de amigos estejam com livre acesso na internet ou aplicativos de conversas pessoais ou em grupos. “Deve-se evitar o conhecimento de terceiros mal-intencionados”, concluiu.

Ativismo e imparcialidade judicial

Na tarde do segundo dia do evento, a Desembargadora Flávia Simões Falcão, Diretora da Escola Judicial do TRT da 10ª Região, presidiu a mesa da conferência do professor José Rodrigo Rodriguez, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Os magistrados do trabalho ouviram a palestra *Como decidem os Tribunais*, o Professor lembrou que a disputa entre os Poderes Legislativo e Judiciário é histórica e que é muito atual a discussão sobre a interpretação da legislação e a aplicação literal da letra da lei.

Rodriguez apresentou algumas ideias de temas que atualmente estariam em conflito no cenário nacional brasileiro, entre eles a questão dos Tribunais Superiores e a função da uniformização jurisprudencial. “As súmulas e enunciados são de fato consolidação de jurisprudência ou são intervenções de cima para baixo?”, questionou. Segundo o professor da UNISINOS, a literatura sobre corrupção fala que “quanto maior o poder concentrado na mão de menos pessoas, maior o risco de gerar corrupção”.

Ativismo judiciário

Outro ponto levantado pelo professor Rodriguez foi a atuação do Supremo Tribunal Federal, que tem sido classificada como “ativismo judicial” pela imprensa e pelos próprios acadêmicos brasileiros. Segundo ele, a mais alta corte brasileira tem assumido o papel do Legislativo, inclusive realizando audiências públicas para colher a opinião do povo.

Para o professor da UNISINOS, essas iniciativas mostram “quase um redesenho da separação dos Poderes”. E provocou: “Por que não fazemos um júri constitucional? Será que precisamos mesmo de juízes do Supremo? Podemos nomear jurados que entendem daquela matéria para tomar uma decisão”.

Imparcialidade x Neutralidade

A última palestra do seminário teve como tema *Imparcialidade e Ética do Juiz* e foi proferida pelo professor Nelson Nery Junior, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ele falou sobre as diferenças entre neutralidade e imparcialidade do magistrado.

“Todo juiz tem que ser imparcial, mas não existe neutralidade”, afirmou. “Ninguém é neutro, e o juiz tem sempre a carga de formação, seus princípios morais, religiosos, sociais e econômicos. Mas ele não deve decidir com base nisso, e sim com base nas provas dos autos e na lei brasileira”, enfatizou, ao questionar magistrados que decidem de acordo com gostos ou crenças pessoais.

O professor da PUC-SP destacou ainda que a discussão dessa temática dentro da Justiça do Trabalho é essencial, pois os juízes lidam com os direitos sociais “mais próximos do trabalhador” e também com outras interfaces, como empresas e sindicatos.

Ética na ENAMAT

No encerramento do seminário, o diretor da ENAMAT, Ministro Vieira de Mello Filho, afirmou que o Poder Judiciário brasileiro passa por um momento político “bastante relevante”, mas é preciso discutir essas questões internamente. “Não podemos apenas esperar que a sociedade discuta a legitimidade do Judiciário ou da sua atuação”, destacou. “É preciso que internalizemos essa questão da ética. Ela é fundamental para uma transformação do Judiciário e envolve não só a instituição como um todo, mas cada um de nós”.

O Ministro Vieira de Mello lembrou que, durante a sua direção, no biênio 2018/2020, a questão da ética será trabalhada em outras palestras e nos cursos da grade curricular da ENAMAT. “Assim, será possível aperfeiçoar o Judiciário e dar uma resposta à sociedade com transparência e com perspectiva de uma atuação serena, mas plena de todos os deveres e responsabilidades”, concluiu.

TV ENAMAT

Durante o seminário, foi apresentada aos Magistrados do Trabalho, pelo Juiz do Trabalho Homero Batista Mateus da Silva, Auxiliar da Corregedoria Geral do TST e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, o novo layout da TV ENAMAT no *Youtube*. A partir de agora, o canal receberá vídeos variados que estavam no arquivo da escola e foram organizados para facilitar o acesso. Todas essas palestras e cursos já estão reunidos por assunto e disponíveis em *playlists*.

Dia 20/9 /2018	
17h	Credenciamento
18 às 19h	<p>Abertura Ministro João Batista Brito Pereira – Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho Ministra Kátia Magalhães Arruda – Tribunal Superior do Trabalho e Conselheira da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho Desembargadora Maria Regina Machado Guimarães – Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região Desembargadora Flávia Simões Falcão – Diretora da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região</p>

19 às 20h30	Conferência de abertura Presidente de Mesa: Ministra Kátia Magalhães Arruda – Tribunal Superior do Trabalho e Conselheira da ENAMAT Professor Daniel Sarmento – Universidade do Estado do Rio de Janeiro Tema – Ética Judicial
Dia 21/9/2018	
9 às 10h30	Conferência I Presidente de Mesa: Ministro Walmir Oliveira da Costa – Tribunal Superior do Trabalho e Conselheiro da ENAMAT Professor Eduardo Carlos Bianca Bittar – Universidade de São Paulo – USP Tema – As Implicações Éticas nas Redes Sociais para os Membros do Poder Judiciário
10h30 às 11h30	Conferência II Presidente de Mesa: Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e Conselheiro da ENAMAT Delegado José Fernando Moraes Chuy – Polícia Federal Tema – As Redes Sociais e as Informações Sensíveis dos Magistrados
14 às 15h	Conferência III Presidente de Mesa: Desembargadora Flávia Simões Falcão – Diretora da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região Professor José Rodrigo Rodriguez – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – São Leopoldo (RS) Tema – Como decidem os tribunais
15 às 16h30	Conferência IV Presidente de Mesa: Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho – Tribunal Superior do Trabalho e Diretor da ENAMAT Professor Nelson Nery Junior – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP Tema – Imparcialidade e Ética do Juiz
16h30 às 17h	Encerramento Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho – Tribunal Superior do Trabalho e Diretor da ENAMAT Apresentação do TV ENAMAT



Cerimônia de abertura do Seminário Ética e Magistratura



Ministro João Batista Brito Pereira, Presidente do TST, na cerimônia de abertura do Seminário Ética e Magistratura



Ministra Kátia Magalhães Arruda na cerimônia de abertura do Seminário Ética e Magistratura



Desembargadora Maria Regina Machado Guimarães na cerimônia de abertura do Seminário Ética e Magistratura



Desembargadora Flávia Simões Falcão na cerimônia de abertura do Seminário Ética e Magistratura



Professor Daniel Sarmento na conferência de abertura do Seminário Ética e Magistratura



Professor Daniel Sarmento é homenageado no Seminário Ética e Magistratura



Seminário Ética e Magistratura



Seminário Ética e Magistratura



Seminário Ética e Magistratura



Ministro Walmir Oliveira da Costa e Professor Eduardo Carlos Bianca Bittar no Seminário Ética e Magistratura



Professor Eduardo Carlos Bianca Bittar no Seminário Ética e Magistratura



Professor Eduardo Carlos Bianca Bittar é homenageado no Seminário Ética e Magistratura



Seminário Ética e Magistratura



Seminário Ética e Magistratura



Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho no Seminário Ética e Magistratura



Delegado José Fernando Moraes Chuy no Seminário Ética e Magistratura



Delegado José Fernando Moraes Chuy é homenageado no Seminário Ética e Magistratura



Desembargadora Flávia Simões Falcão e Professor José Rodrigo Rodríguez no Seminário Ética e Magistratura



Desembargadora Flávia Simões Falcão no Seminário Ética e Magistratura



Professor José Rodrigo Rodríguez no Seminário Ética e Magistratura



Seminário Ética e Magistratura



Seminário Ética e Magistratura



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, no encerramento do Seminário Ética e Magistratura



Juiz Homero Batista Mateus da Silva, conselheiro da ENAMAT, no Seminário Ética e Magistratura

Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista

8 e 9 de outubro de 2018

O *Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista* foi promovido pela ENAMAT, em parceria com a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho - SINAIT e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT e com apoio do Tribunal Superior do Trabalho, Ministério Público do Trabalho - MPT, Confederação Ibero-americana de Inspetores do Trabalho - CIIT e Associação Brasileira de Advogados Trabalhista - ABRAT. Contou com a participação de 125 Magistrados.

Na abertura do seminário, Ministros do TST ressaltaram a importância da Constituição da República na consolidação dos direitos humanos e sociais.

Efetividade

Para o diretor da ENAMAT, Ministro Vieira de Mello Filho, a Constituição de 1988 inaugurou um novo tempo quanto aos direitos sociais. "Ela não só declarou esses direitos como os gravou com uma determinada efetividade", afirmou. Segundo o Ministro, a Carta atribuiu à Justiça do Trabalho um papel importante na consolidação dos direitos sociais e fundamentais do trabalho.

Coragem

Para o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Lelio Bentes Corrêa, a Constituição atual foi um marco na história da democracia brasileira e, também, um marco entre as constituições comprometidas com os direitos humanos, com a valorização do trabalho e com a dignidade do ser humano. "Além de ser uma constituição cidadã, esta é a constituição da coragem", afirmou, lembrando o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. "É preciso ter coragem para afirmar a igualdade de direitos para todos os cidadãos brasileiros".

Garantias

O Presidente da ANAMATRA, Guilherme Guimarães Feliciano, avaliou que a Constituição promulgada em 1988 é um documento "garantista do ponto de vista dos direitos civis e políticos, e progressista do ponto de vista dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais". Ele enfatizou, no entanto, que algumas promessas contidas na Carta Constitucional "ainda não foram realizadas", como o direito de greve para funcionários públicos, o adicional de penosidade e a proteção do trabalhador contra a automação. "O próximo passo é retirar do papel as promessas não realizadas", assinalou.

Luta

A Vice-Presidente do SINAIT, Rosa Maria Campos, falou sobre a "dura luta" dos auditores fiscais do trabalho para combater o trabalho escravo e o trabalho infantil no Brasil. Segundo ela, "não há vontade do Estado em manter uma fiscalização eficiente para dar conta de toda a demanda que os trabalhadores do Brasil merecem".

Experiência espanhola

A conferência de abertura do seminário foi proferida pelo professor de Direito do Trabalho e da Seguridade Social da Universidade Complutense de Madri Magistrado Fernando Valdés Dal-Ré, que falou sobre a experiência espanhola. Ele explicou que a Constituição Espanhola, promulgada em 1978, "está

efetivamente consolidada”. Em 40 anos de existência, ela só foi modificada em duas ocasiões e para “garantir e tutelar com maior firmeza os direitos sociais”.

De acordo com o professor Dal-Ré, na Espanha há uma diferenciação entre os direitos fundamentais e as orientações de política econômica e social. “O direito à saúde e à seguridade social não está configurado como direito fundamental, mas como uma orientação de política econômica e social”, explicou. “A diferença é que o direito à saúde não é um direito subjetivo. O legislador não tem liberdade absoluta para regulá-lo”.

Dilemas

O Juiz Conselheiro da ENAMAT, Homero Batista Mateus da Silva, falou sobre os “Os Dilemas da Reforma Trabalhista em Face do Constitucionalismo Contemporâneo”. Ele traçou a evolução histórica dos conceitos de trabalho e de cidadania até os dias atuais e ressaltou a necessidade de evitar que esses dois conceitos sejam desassociados. “Não podemos esmorecer e deixar com que o legislador faça o que está divorciado da realidade”.

Crise

O professor uruguaio Hugo Barretto Ghione, da *Universidad de la República*, apresentou a palestra “O Futuro do Trabalho e o Trabalho do Futuro diante do Reformismo Jurídico na Crise”. Ele fez uma retrospectiva da construção do mundo do trabalho pelo Direito e falou sobre as respostas do mundo do Direito em relação ao trabalho atual. Para o palestrante, o mercado e o Direito encontram-se em constante e dinâmica tensão.

Ghione disse que, quando muda o modelo de trabalho, deve-se mudar, necessariamente, o Direito do Trabalho, cuidando-se para que este não seja apenas um fator a mais do mercado de trabalho. Citando a reforma trabalhista brasileira, o professor observou que proliferam reformas que promovem atipicidades das formas contratuais de trabalho, mas sem o sentido protetor da pessoa que trabalha. “São reformas que desconhecem a essência mínima de Direito do Trabalho e que atentam contra ele”, afirmou.

Segundo o professor, o argumento de que é necessário reduzir direitos e proteção social para gerar empregos é uma formulação absolutamente fracassada do ponto de vista do emprego. “Talvez pelo ponto de vista da rentabilidade ou da competitividade seja possível termos uma melhor opinião sobre a reforma, mas não do ponto de vista do Direito do Trabalho”, concluiu.

Indústria 4.0

Segundo a professora Teresa Alexandra Coelho Moreira, da Escola de Direito da Universidade do Minho - Portugal, o tema da sua apresentação – “Indústria 4.0, O Futuro do Direito do Trabalho – está mais relacionado às novas tecnologia, mas é preciso lembrar que o Direito do Trabalho surgiu como ramo autônomo com a Revolução Industrial, que também foi uma revolução tecnológica. Na nova era tecnológica que vivemos, é necessário repensar o Direito do Trabalho sem, no entanto, esquecer a sua razão de ser. “Temos que repensar conceitos tradicionais da própria subordinação. O fator chave é que surgem novas formas de prestação de trabalho na economia corporativa, que parece ter criado uma linguagem própria na tentativa de fugir ao Direito do Trabalho”, afirmou.

Como exemplo, a jurista citou os serviços *online*. “Aí a concorrência é global e pode nos conduzir (e infelizmente tem nos conduzido) a uma espiral descendente que não é nada positiva para o Direito do Trabalho nem para o trabalhador”, sustentou. A professora observou que parece existir um aplicativo para tudo, desde a entrega de comida até a procura de um advogado especialista numa causa. “Nesse cenário, o Direito do Trabalho ou é internacional ou não sobrevive”.

Teresa Moreira lembrou que os perigos da automatização acompanham o Direito do Trabalho há décadas, mas agora surgiu com novas roupagens, entre elas a inteligência artificial. Segundo ela, o fator que contém a automatização não é apenas econômico, mas também social e psicológico, além das resistências culturais. “O Direito do Trabalho é para pessoas com fundamentos éticos e humanísticos que não podem ser esquecidos ou suspensos provisoriamente”, concluiu.

Direitos sociais

O Procurador Regional do Trabalho, Cristiano Paixão, em sua exposição, afirmou a centralidade do mundo do trabalho na construção da Constituição Federal de 1988. “Com base em demandas de participação, reconhecimento, igualdade e inclusão, a sociedade e os atores sociais ligados ao trabalho investiram no processo constituinte”, afirmou.

Na sua avaliação, a Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017) consistiu em ataque aos direitos sociais conquistados. “Ninguém afasta a necessidade de modernização, mas a forma e o conteúdo do texto nos trazem um abandono dos princípios que informam a Constituição Federal: valor social do trabalho, dignidade da pessoa humana e participação plural da sociedade na formulação das leis”.

Para superar a crise, ele afirma que os operadores do Direito devem ativar esses princípios e regras para defender a sociedade, as pessoas e as instituições, como a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho. Ao fim da palestra, o procurador destacou que a Carta Social das Américas, aprovada em 2012 pela assembleia-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), prega que a promoção e a observância dos direitos econômicos, sociais e culturais são inerentes ao desenvolvimento integral, ao crescimento econômico com igualdade e à consolidação da democracia nos Estados do hemisfério. “Não existe democracia, especialmente em países desiguais como o Brasil, sem promoção e inclusão de direitos ligados ao trabalho, sem inserção de garantias ao trabalhador e sem um arcabouço institucional de proteção”, concluiu.

Matriz humanista

O Ministro Mauricio Godinho Delgado, ressaltou que, em meio a princípios que destacam a pessoa humana e a sociedade democrática e inclusiva, a valorização do trabalho tem grande ênfase no constitucionalismo brasileiro. “As regras, normas e princípios da Constituição que afetam o Direito do Trabalho consistem em uma matriz constitucional de valorização da pessoa humana e do trabalho, colocando-os no centro da ordem jurídica”, afirmou.

Por outro lado, o Ministro alertou que há um processo de desgaste do paradigma humanista e social da Constituição e uma clara tentativa de enxergar os direitos sociais como populismo, demagogia ou como inviáveis para a economia. “Esse processo é mercantilista e ultraliberalista. Direitos sociais são conquistas civilizatórias, e não custos”, concluiu.

Flexibilidade

Para o professor associado de Direito da Universidade de Coimbra João Leal Amado, a palavra “flexibilidade” é a mais proferida quando os países querem realizar reformas em suas leis trabalhistas. “A reforma brasileira, embora tenha princípios similares, foi muito mais radical que a portuguesa ou outras feitas na Europa, pela quantidade de normas modificadas e pela profundidade das modificações”, afirmou. “A maneira como foi feita, tão rápida e com tão pouca discussão, seria impensável nos moldes europeus”. Para o professor, é possível modernizar a legislação mantendo-se fiel aos princípios clássicos e fazendo compensações aos trabalhadores.

Capitalismo

O professor da Universidade de São Paulo Alysson Leandro Mascaro também trouxe uma abordagem mais sociológica sobre as reformas trabalhistas que têm ocorrido pelo mundo. Mascaro acredita que, em regra, “quem defende os direitos do trabalhador é o próprio trabalhador”.

Segundo ele, a questão trabalhista atinge todos os países capitalistas. “Não é que o capitalismo de vez em quando tem crise. O capitalismo é crise todos os dias e em todos os momentos. Não se pode imaginar que uma sociedade de exploração seja minimamente estável”, ressaltou.

Mascaro destacou ainda que as mudanças na legislação brasileira mostram que temos um país de “alma conservadora, que veio da escravidão e que não gosta de proteção ao trabalhador”. A seu ver, é preciso avançar na transformação social. “No entanto, temos ouvido coisas do tipo: o direito do trabalho custa muito; coitadas das empresas que não podem contratar”, afirmou, ao explicar que, diferentemente do que se costuma pensar, “o direito do trabalho é típico do capitalismo e não tem nenhuma relação com o socialismo ou comunismo”.

Cronograma de atividades:

Dia 8/10 /2018	
19h	Abertura Presidente de Mesa: Ministro Lelio Bentes Corrêa – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho – Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho André Luís Spies – Subprocurador-Geral do Trabalho Guilherme Guimarães Feliciano – Juiz do Trabalho e Presidente da ANAMATRA Ângelo Fabiano Farias da Costa – Procurador do Trabalho e Presidente da ANPT Rosa Maria Campos Jorge – Auditora Fiscal do Trabalho e Vice-Presidente do SINAIT Sérgio Voltolini – Presidente da CIIT
19h30	Conferência de abertura Presidente de Mesa: Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira – TST Fernando Valdés Dal-Ré – Magistrado do Tribunal Constitucional da Espanha Tema – Reforma Trabalhista e Constitucionalismo: Limites e Possibilidades
Dia 9/10/2018	
9h	Conferência: Dilemas da Reforma Trabalhista em Face do Constitucionalismo Contemporâneo Homero Batista Mateus da Silva – Conselho consultivo da ENAMAT
10h	1º Painel: O Trabalho no Mundo do Direito e o Direito no Mundo do Trabalho: Perspectivas Contemporâneas Presidente de Mesa: Carlos Fernando da Silva Filho - Presidente do SINAIT Palestrantes: Hugo Barreto Ghione - Professor Titular de Direito do Trabalho e da Seguridade Social e Diretor Acadêmico da Escola de Pós Graduação na Disciplina de Direito do Trabalho e da Seguridade Social na <i>Universidad de la República</i> - Uruguai Tema: O Futuro do Trabalho diante do Reformismo Jurídico na Crise Teresa Alexandra Coelho Moreira - Professora da Escola de Direito da Universidade do Minho - Portugal, Membro Integrado do Jusgov – Centro de Investigação em Justiça e Governação e Coordenadora do Grupo de Investigação em Direitos Humanos da Universidade do Minho Tema: Indústria 4.0: O Futuro do Direito do Trabalho

14h30	<p>2º Painel: A Reforma Trabalhista Brasileira à Luz da Constituição de 1988 e do Direito Internacional Público Presidente de Mesa: Guilherme Guimarães Feliciano - Presidente da ANAMATRA Palestrantes: Ministro Mauricio Godinho Delgado - Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Tema: 30 anos da Constituição Federal: Perspectivas para o Direito do Trabalho Cristiano Paixão - Procurador Regional do Trabalho em Brasília e Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UNB Tema: 30 Anos da Constituição Federal, Reforma Trabalhista e Normas Internacionais</p>
16h30	<p>3º Painel: As Reformas Trabalhistas do Século XXI: Abordagem Transdisciplinar Presidente de Mesa: Ângelo Fabiano Farias da Costa - Presidente da ANPT Palestrantes: João Leal Amado - Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra Tema: As Reformas Trabalhistas pelo Mundo: Abordagem Dogmática Alysson Leandro Mascaro - Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e da Universidade Mackenzie Tema: As Reformas Trabalhistas pelo Mundo: Abordagem Sociológica</p>
18h30	Encerramento



Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, na abertura do Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Cerimônia de Abertura do Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Ministros Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, e Lélío Bentes Corrêa, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, na abertura do Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Professor Fernando Valdés Dal-Ré promove palestra no Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Professor Fernando Valdés Dal-Ré promove palestra no Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Professor Fernando Valdés Dal-Ré é homenageado no Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, no segundo dia do Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Juiz Homero Batista Mateus da Silva em conferência no Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Juiz Homero Batista Mateus da Silva é homenageado no Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Ministro Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, ao lado de Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do SINAIT, Professor Huo Barreto Ghione e Professora Teresa Alexandra Coelho Moreira no Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Professora Teresa Alexandra Coelho Moreira no Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Professor Hugo Barreto Ghione no Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Professora Teresa Alexandra Coelho Moreira é homenageada no Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Professor Hugo Barreto Ghione é homenageado no Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Ministro Mauricio Godinho Delgado no Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Ministro Mauricio Godinho Delgado é homenageado no Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Procurador Cristiano Paixão é homenageado no Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Professor João Leal Amado no Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Professor Alysson Leandro Mascaro no Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Professor João Leal Amado é homenageado no Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Professor Alysson Leandro Mascaro é homenageado no Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, no encerramento do Seminário Internacional 30 Anos da Constituição Cidadã e um Ano de Reforma Trabalhista

Eventos Externos

Simpósio Nacional Negro(a), Afro-Religioso(a), Quilombola: Racismo e Intolerância Religiosa no Brasil e seus Reflexos no Mundo do Trabalho

28 a 30 de agosto de 2018

O Diretor da ENAMAT, Ministro Vieira de Mello Filho, participou do *Simpósio Negro(a), Afro-Religioso(a), Quilombola: Racismo e Intolerância Religiosa no Brasil e seus reflexos no mundo do trabalho*. O evento foi realizado nos dias 28, 29 e 30 de agosto, em Brasília.

O Ministro Vieira de Mello Filho, juntamente com o também Ministro do TST Cláudio Mascarenhas Brandão, integraram o grupo de especialistas que debateram sobre diversas temáticas relacionadas ao racismo, intolerância religiosa, de gênero e de orientação sexual no mundo do trabalho. Além dos ministros, juízes, membros do Ministério Público, advogados e representantes de entidades afro-brasileiras também refletiram sobre o tema durante os três dias de evento.

Diversidade

Participando da mesa de abertura do simpósio, o Ministro Viera de Mello ressaltou que a sociedade ainda não se educou para a diversidade e que as instituições públicas devem contribuir para a melhora desse quadro. Ele apresentou dados que comprovam as dificuldades que mulheres, população negra e pessoas pobres têm para alcançar condições de igualdade nas relações de trabalho no Brasil. “A ENAMAT tem o dever de participar desse debate. Temos o dever de construir um tempo melhor para os próximos brasileiros”.

Desigualdade econômica

O Ministro Cláudio Brandão, por sua vez, afirmou que o trabalho é um “palco propício” para a discriminação, uma vez que “existe uma relação de poder, acompanhada de uma desigualdade econômica”. O Magistrado também criticou a mudança advinda pela reforma trabalhista (Lei n.º 13.467/2017) acerca da definição do valor da indenização pelo salário do trabalhador. Segundo o Ministro, a alteração é inconstitucional, pois “colide com o direito à ampla reparação e até com o Código Civil”.



Abertura do Simpósio Negro(a), Afro-Religioso(a), Quilombola: Racismo e Intolerância Religiosa no Brasil e seus reflexos no mundo do trabalho



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, realiza palestra no Simpósio Negro(a), Afro-Religioso(a), Quilombola: Racismo e Intolerância Religiosa no Brasil e seus reflexos no mundo do trabalho



Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão realiza palestra sobre as mudanças promovidas pela reforma trabalhista acerca do dano moral

I Congresso Internacional de Direito do Trabalho: As Transformações Sociais e o Direito do Trabalho

28 de novembro de 2018

O Diretor da ENAMAT, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, esteve presente na abertura do *I Congresso Internacional de Direito do Trabalho: As Transformações Sociais e o Direito do Trabalho*, no Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região para comemorar seus 25 anos de instalação em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

O congresso reuniu Especialistas de quatro países da Europa e da América Latina para falar sobre as mudanças na legislação e no mundo do trabalho e contou também com a presença do Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro.



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, é homenageado na 1º Encontro de Diretores de Escolas Judiciais dos Países de Língua Portuguesa e de Origem Latina



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, é homenageado na 1º Encontro de Diretores de Escolas Judiciais dos Países de Língua Portuguesa e de Origem Latina

1º Encontro de Diretores de Escolas Judiciais dos Países de Língua Portuguesa e de Origem Latina

3 e 4 de dezembro de 2018

O tema da cooperação internacional no âmbito da formação dos magistrados é o centro de um intenso debate em andamento, com o propósito de aproximar instituições de diversos países, compartilhar experiências formativas e promover intercâmbio de metodologias de formação profissional. Para ampliar esse debate e programar ações concretas, foi realizado o 1º Encontro de Diretores de Escolas Judiciais dos Países de Língua Portuguesa e de Origem Latina.

O Brasil está representado pela ENFAM e pela ENAMAT, que são as duas escolas brasileiras de formação com assento constitucional, criadas pela Emenda Constitucional n.º 45/2004. Além do Brasil, estiveram presentes os representantes das escolas nacionais de formação de magistrados de Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Também foram convidados e enviaram representantes, dois países de origem latina, Espanha e França.

O Diretor da ENAMAT, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, participou da abertura do evento, e acompanhou suas atividades, com reuniões de trabalho no Superior Tribunal de Justiça e na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, que é a entidade anfitriã.

Dentre outros objetivos, o evento pretende debater o panorama e os desafios das escolas judiciais, as aproximações curriculares e as perspectivas de cooperação duradoura, efetiva e sustentável. Nesse aspecto, o Encontro pretende estabelecer um programa de cooperação organizado e integrado por todas as Escolas participantes. A ENAMAT ofereceu diversas contribuições, como sua experiência na Educação a Distância com produção e gestão de cursos totalmente institucionalizada, e seu pioneirismo nos laboratórios judiciais e na matriz de competências profissionais que orientam a formação dos Magistrados.



1º Encontro de Diretores de Escolas Judiciais dos Países de Língua Portuguesa e de Origem Latina

Reunião Preparatória para seminário sobre Juízes e as Mídias Sociais

12 de dezembro de 2018

Autoridades do Poder Judiciário realizaram no Tribunal Superior do Trabalho, reunião preparatória de evento nacional sobre os Juízes e as mídias sociais. O encontro teve o objetivo de integrar o Poder Judiciário em uma ação colaborativa para a organização de um evento em 2019 que debata o tema e busque nortear a criação de mecanismos normativos para a liberdade dos juízes e a proteção da institucionalidade da Magistratura.

Organizada pela ENAMAT, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, a reunião contou com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, Ministro Dias Toffoli, do Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Humberto Martins, e do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Lelio Bentes Corrêa, que representou o Presidente do TST, Ministro Brito Pereira.

Também participaram da reunião o Conselheiro do CNJ e Ministro do TST, Aloysio Corrêa da Veiga, e os diretores da ENAMAT, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, Ministro Herman Benjamin.

Cooperação técnica

O encontro também teve a assinatura de um acordo de cooperação técnica entre CNJ, ENFAM e ENAMAT, que tem, entre os objetivos, alcançar políticas de governança judicial. Na abertura do evento, o Ministro Viera de Mello Filho destacou a satisfação da Escola Nacional em participar desse encontro colaborativo. “Com essa integração, queremos fazer um debate importante, com impacto relevante na magistratura. A ideia não é buscar uma perspectiva punitiva, mas pedagógica”, disse o Ministro.

Conscientização

Em sua fala, o Ministro Dias Toffoli ressaltou que, antes de assumir a presidência do CNJ, alinhava com as Escolas Judiciárias ação conjunta sobre o tema. Ao citar o Provimento n.º 71/2018 do CNJ, que dispõe sobre as manifestações de membros do Judiciário em redes sociais, Toffoli destacou que o Conselho iniciou etapas para normatizar essa relação entre magistrado e redes sociais. Mas ponderou que o debate precisa ser ampliado por meio de atividades pedagógicas e de conscientização.

Para o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, as redes sociais consistem em fenômeno novo, e o juiz, como cidadão, está ao alcance desse novo mecanismo de interação e informação. O Ministro Lelio Bentes, no entanto, alertou sobre a necessidade de equilíbrio para evitar qualquer questionamento acerca da ética e da imparcialidade que a função pública exige. “A proposta que se lança é justamente a de se alcançar esse ponto de equilíbrio pela reflexão, estudo e educação. Daí surge a importância da participação das escolas da magistratura”.

Juízes x mídias sociais

Na segunda parte da reunião preparatória, os participantes selecionaram os temas que farão parte do evento a ser realizado no próximo ano. A intenção foi montar um cronograma para debater a presença dos magistrados brasileiros nas mídias sociais.

Para o Ministro do TST e Conselheiro do CNJ, Aloysio Corrêa da Veiga, essa realidade das redes sociais ainda é muito nova, portanto é preciso “ensinar” a esse magistrado.

“Todos nós precisamos aprender a conviver com essas novas tecnologias. Esse é o grande desafio. Trazer a magistratura para esse debate, para que ela mesma apresenta o aperfeiçoamento de um método de conduta nas redes sociais”.

Os participantes do encontro são representantes das escolas judiciais e foram convidados para o debate justamente porque atuarão como multiplicadores nos vários municípios do País. A capacitação será utilizada como instrumento para conscientizar os magistrados de todos os ramos do Poder Judiciário.

Variadas opções

Logo no início, o Juiz Auxiliar da presidência do CNJ, Carl Smith, questionou a plateia sobre o alcance máximo dessas limitações. Segundo ele, quando se fala em mídias sociais, o pensamento se restringe a *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*. No entanto, ele lembra que a internet oferece ilimitadas opções.

Discussão

A Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Margareth Costa, destacou que dezenas de outras questões devem ser debatidas de forma paralela, como conflitos de gerações e as diferenças entre valores e princípios delas.

Normativos

O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga colocou em pauta o aspecto normativo e se seria necessário atualizar alguma norma já existente ou mesmo criar alguma nova. “É criar regimentos para o juiz aprender a se preservar, preservar a sua família e resguardar a sua instituição”, enfatizou.

Alguns participantes se colocaram a favor do posicionamento do Ministro, como a Juíza do Trabalho Morgana de Almeida Richa, que sugeriu a discussão sobre a responsabilização dos magistrados que eventualmente descumprirem as atuais regras e/ou novos regimentos.

Programação

Por fim, foi apresentada aos participantes uma proposta de programação. O objetivo é convidar especialistas para explicar as particularidades do mundo digital como *darknet*, *fake news*, governo eletrônico, além de questões mais profundas como limites para a liberdade de expressão e ética na comunicação. Para embasar as palestras, serão apresentados casos reais já julgados pelo CNJ e suas consequências para os juízes, a sociedade e o Judiciário como um todo.



Reunião Preparatória para seminário sobre Juízes e as Mídias Sociais



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, e Ministro Dias Toffoli, do STF, em reunião Preparatória para seminário sobre Juízes e as Mídias Sociais



Ministro Lelio Bentes Corrêa em reunião Preparatória para seminário sobre Juízes e as Mídias Sociais



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga em reunião Preparatória para seminário sobre Juízes e as Mídias Sociais



Reunião Preparatória para seminário sobre Juízes e as Mídias Sociais



Juiz Giovanni Olsson, auxiliar da Direção da ENAMAT, em reunião Preparatória para seminário sobre Juízes e as Mídias Sociais



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga em reunião Preparatória para seminário sobre Juízes e as Mídias Sociais



Reunião Preparatória para seminário sobre Juízes e as Mídias Sociais



Reunião Preparatória para seminário sobre Juízes e as Mídias Sociais



Reunião Preparatória para seminário sobre Juízes e as Mídias Sociais



Reunião Preparatória para seminário sobre Juízes e as Mídias Sociais

Comissões

enammat

Comissões

Comissão de Atualização dos Programas Nacionais de Formação Profissional dos Magistrados do Trabalho da ENAMAT

Composição:

Juiz do Trabalho **Roberto da Silva Fragale Filho** – TRT da 1ª Região – Coordenador

Desembargador do Trabalho **Alexandre Corrêa da Cruz** – TRT da 4ª Região

Juíza do Trabalho **Flávia Moreira Guimarães Pessoa** – TRT da 20ª Região

Juiz do Trabalho **Flávio Luiz da Costa** – TRT – da 19ª Região

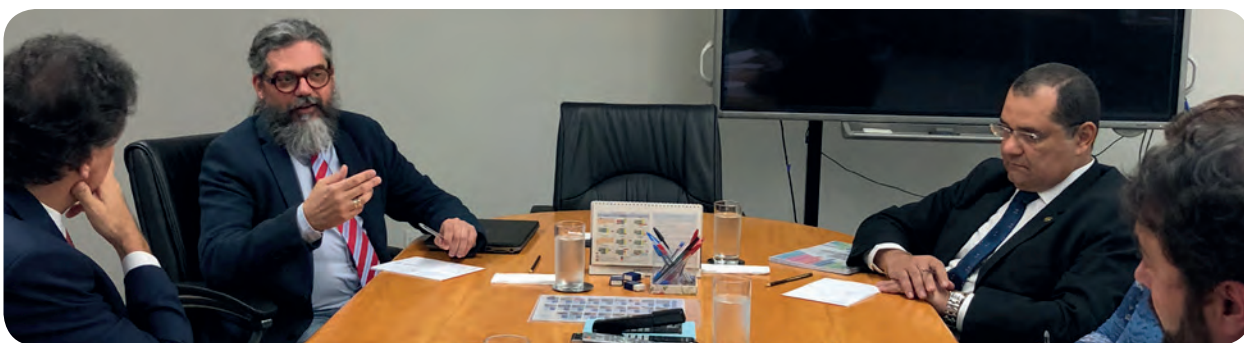
Juiz do Trabalho **Giovanni Olsson** – ENAMAT



Reunião da Comissão de Atualização dos Programas Nacionais de Formação Profissional dos Magistrados do Trabalho da ENAMAT



Reunião da Comissão de Atualização dos Programas Nacionais de Formação Profissional dos Magistrados do Trabalho da ENAMAT



Reunião da Comissão de Atualização dos Programas Nacionais de Formação Profissional dos Magistrados do Trabalho da ENAMAT

Comissão Temporária para Análise e Tratamento do Acervo Digital da Formação Profissional para o Portal de Conteúdo da ENAMAT

Composição:

Juiz do Trabalho **Homero Batista Mateus da Silva** – TRT da 2ª Região – Coordenador

Juíza do Trabalho **Roberta Correa de Araújo** – TRT da 6ª Região

Juiz do Trabalho **Rodrigo Trindade de Souza** – TRT da 4ª Região

Juiz do Trabalho **Paulo Fernando da Silva Santos Junior** – TRT da 16ª Região

Juiz do Trabalho **Danilo Gonçalves Gaspar** – TRT da 5ª Região

Ben Hur Lopes de Oliveira – Servidor da ENAMAT

Fernanda Paixão Araújo Pinto – Servidora da ENAMAT



Reunião da Comissão Temporária para Análise e Tratamento do Acervo Digital da Formação Profissional para o Portal de Conteúdo da ENAMAT



Reunião da Comissão Temporária para Análise e Tratamento do Acervo Digital da Formação Profissional para o Portal de Conteúdo da ENAMAT



Reunião da Comissão Temporária para Análise e Tratamento do Acervo Digital da Formação Profissional para o Portal de Conteúdo da ENAMAT



Reunião da Comissão Temporária para Análise e Tratamento do Acervo Digital da Formação Profissional para o Portal de Conteúdo da ENAMAT



Reunião da Comissão Temporária para Análise e Tratamento do Acervo Digital da Formação Profissional para o Portal de Conteúdo da ENAMAT



Reunião da Comissão Temporária para Análise e Tratamento do Acervo Digital da Formação Profissional para o Portal de Conteúdo da ENAMAT



Reunião da Comissão Temporária para Análise e Tratamento do Acervo Digital da Formação Profissional para o Portal de Conteúdo da ENAMAT

57ª Assembleia Ordinária e Reunião de Trabalho do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho - CONEMATRA

1º e 2 de março de 2018

O Diretor da ENAMAT, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, participou da 57ª Assembleia Ordinária e Reunião de Trabalho do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho - CONEMATRA, que transcorreu na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

O CONEMATRA reuniu-se na sede do TRT da 2ª Região nos dias 1º e 2 de março para uma programação que incluiu palestras com especialistas e sua 57ª assembleia ordinária. O evento ocorre bimestralmente na sede de cada escola de formação participante e reúne os diretores e coordenadores das escolas judiciais dos TRTs de todo o país, e seus respectivos secretários e assessores.

Nesta assembleia, o presidente do CONEMATRA, Desembargador Gerson Oliveira Costa Filho, Diretor da Escola Judicial do TRT da 16ª Região, conduziu os trabalhos. Entre outras pautas, foram eleitos os novos dirigentes do Conselho para o biênio 2018/2019: o Desembargador Amaury Rodrigues Pinto Júnior, diretor da Escola Judicial da 24ª Região, como Presidente, e o Desembargador Adalberto Martins, diretor da Escola Judicial da 2ª Região, como Vice-Presidente. Também passaram a integrar o corpo diretivo a Juíza Roberta Correa de Araújo, Coordenadora Acadêmica da Escola Judicial da 6ª Região, como Secretária-Geral; a Desembargadora Margareth Rodrigues Costa, Diretora da Escola da 5ª Região, como Diretora Executiva; e o Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho, diretor da 15ª Região, também como Diretor Executivo.

Na ocasião, os representantes das Escolas Judiciais aprovaram a efetivação de uma plataforma de compartilhamento de decisões judiciais pós-reforma trabalhista entre os Regionais, para facilitar a consulta aos enunciados por parte dos Magistrados e demais integrantes da Justiça do Trabalho. O evento contou, ainda, com palestras e pronunciamentos referentes às escolas em todo o país.

Pronunciamentos

O presidente da CONEMATRA, Desembargador Gerson Oliveira Costa Filho, destacou que a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho é uma das melhores do mundo e atribuiu a excelência daquela e de todas as 24 Escolas Judiciais do país aos assessores, que trazem ideias e participações, além de trabalho.

O Presidente do TRT da 2ª Região, Wilson Fernandes, na abertura oficial do evento, lembrou os 30 anos da Constituição Federal de 1988 e destacou que o legislador, àquela época, expandia direitos, enquanto hoje, trinta anos depois, o legislador os restringe. “Se continuar nessa toada, em mais trinta anos, podemos estar discutindo por que todos os direitos sociais desapareceram”.

O Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, por sua vez, falou sobre o papel das Escolas como formadoras da consciência do exercício da magistratura e advertiu que “nós, magistrados, embora humanos e falíveis, não podemos aprender errando com os direitos dos outros”. Para uma adequada seleção de juízes, ele propôs o fim das provas baseadas em decoreação de textos e leis, que elitizam os concursos da magistratura. Disse também que se necessita de juízes bem selecionados, vocacionados e com formação humanista, para fazer frente aos novos desafios: “Querem transformar o Direito do Trabalho numa relação entre iguais. Mas onde está essa igualdade? Não a vejo – é só olhar os indicativos do nosso país e ver que ela não existe”. E concluiu: “Não fiz concurso para oprimir as pessoas mais vulneráveis”.



57ª Assembleia Ordinária e Reunião de Trabalho do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho



57ª Assembleia Ordinária e Reunião de Trabalho do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Diretor da ENAMAT, profere palestra durante a 57ª Assembleia Ordinária e Reunião de Trabalho do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho



57ª Assembleia Ordinária e Reunião de Trabalho do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho



Programa
ENAMAT
Pesquisa

enammat

Programa ENAMAT Pesquisa

Implementação do Programa

A ENAMAT, como órgão responsável pela coordenação da formação dos Magistrados do Trabalho no âmbito das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais, desempenha relevante papel no campo da preparação e do aperfeiçoamento da magistratura trabalhista. Após uma década de consolidação da área de ensino no âmbito da formação inicial, continuada e de formadores, com a oferta de diferentes atividades formativas tanto presenciais quanto na modalidade do ensino a distância, a organização das atividades de pesquisa tornou-se iniciativa prioritária no âmbito da ENAMAT.

O estado da arte da pesquisa judiciária indicou um campo pouco explorado no terreno da formação de magistrados brasileiros, como, por exemplo, pesquisas que investiguem os fundamentos político-pedagógicos da formação profissional de agentes públicos; os mecanismos de recrutamento de magistrados e os instrumentos de avaliação de resultados das ações formativas. A realidade demonstra, no caso das escolas de governo, a importação de modelos internacionais em educação judicial e não propriamente a construção de um modelo de formação de juízes orientado ao perfil nacional. Com esse diagnóstico, a Direção da ENAMAT vislumbrou a construção de uma agenda de pesquisa de longo prazo voltada à produção de conhecimento empírico sobre o aperfeiçoamento do Magistrado Trabalhista brasileiro, sobretudo que considere, no modelo formativo, as especificidades do conteúdo ocupacional e da inserção sociopolítica dos juízes como agentes políticos no país. Além disso, a ENAMAT decidiu priorizar o desenvolvimento de pesquisas sobre temas institucionais estratégicos para a Justiça do Trabalho, com a finalidade de dar tratamento adequado à produção de conhecimento sobre temas relevantes do direito social contemporâneo que tangenciem as competências profissionais da magistratura e a prestação jurisdicional. A implantação do Programa ENAMAT Pesquisa foi aprovada pelo Conselho Consultivo em reunião ocorrida no dia 15 de agosto de 2018.

Cabe salientar que os resultados das atividades de pesquisa possibilitam a ampla disseminação do conhecimento acumulado dentro do sistema integrado das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho - SIFMT. Nesse sentido, o Programa ENAMAT Pesquisa foi apresentado aos Diretores das Escolas Judiciais na reunião do SIFMT no dia 30 de agosto de 2018 em Brasília, com a assinatura da Resolução ENAMAT n.º 20/2018 nesta mesma data, instituindo-se, assim, o Programa Nacional de Pesquisa da ENAMAT - "ENAMAT Pesquisa".

Conforme disciplina o anexo da Resolução ENAMAT n.º 20/2018, as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa devem obedecer, em um primeiro momento, a duas linhas de pesquisa, conforme os seguintes eixos temáticos:

LINHA I. SELEÇÃO, FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DE MAGISTRADOS TRABALHISTAS

- I.1. Modelos de Recrutamento de Magistrados dentro do sistema constitucional e normativo vigente
- I.2. Diagnóstico, Análises e Tendências dos Processos Formativos e das Práticas Pedagógicas adotados pelas Escolas Judiciais Trabalhistas
- I.3. Paradigmas em Avaliação Formativa e Institucional nas Escolas Judiciais

LINHA II. DIREITOS SOCIAIS E GESTÃO JUDICIÁRIA

- II.1. Acesso à Justiça do Trabalho após a vigência da Lei n.º 13.467/2017
- II.2. A precarização do trabalho e os desafios hermenêuticos dos magistrados trabalhistas com a edição da Lei n.º 13.467/2017
- II.3. Previsibilidade dos Conflitos e Gestão dos Recursos Repetitivos na Justiça do Trabalho
- II.4. Desafios e soluções no processamento célere e adequado de causas sobre Trabalho Infantil na Justiça do Trabalho

II.5. Análise das demandas sobre Trabalho Escravo Contemporâneo e Tráfico de Pessoas na Justiça do Trabalho

II.6. Desafios e solução no processamento de demandas coletivas na Justiça do Trabalho

II.7. A Judicialização do meio ambiente laboral, dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais

O Programa ENAMAT Pesquisa foi planejado para ser executado prioritariamente por meio de parcerias com entidades de pesquisa de âmbito nacional e internacional, por intermédio de editais de chamada pública e/ou realizados diretamente com instituições de pesquisa com reconhecida expertise em pesquisa empírica.

Atividades do Comitê Científico de Assessoramento à Pesquisa

As atividades do Programa ENAMAT Pesquisa são supervisionadas pelo Comitê Científico de Assessoramento à Pesquisa da ENAMAT, a quem compete examinar e opinar sobre a celebração de convênios, acordos ou contratos, as diretrizes metodológicas e outras atividades correlatas ao desenvolvimento e ao acompanhamento de estudos e pesquisas no âmbito do referido Programa. O Comitê Científico de Assessoramento à Pesquisa é composto por cinco membros da Magistratura Trabalhista e por dois pesquisadores externos com titulação de doutorado e com experiência na área acadêmica e no desenvolvimento de pesquisas. Os integrantes do Comitê Científico foram indicados pelo Ato ENAMAT n.º 06, assinado no dia 10 de setembro de 2018, com a seguinte composição: Juízes Hermann de Araujo Hackradt (Coordenador), André Molina, Leonardo Wandelli, Roberta Correa de Araújo, Roberto Fragale Filho e os professores Ângela de Castro Gomes e José Vieira.

No âmbito de suas competências, o Comitê Científico reuniu-se em três ocasiões durante o segundo semestre de 2018 e opinou pela priorização de três temas de pesquisa a serem desenvolvidos prioritariamente no curto/médio prazo, com os seguintes recortes temáticos:

LINHA I. SELEÇÃO, FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DE MAGISTRADOS TRABALHISTAS

I.1. Modelos de Recrutamento de Magistrados dentro do sistema constitucional e normativo vigente

Tema – “Perfil atual do candidato do Concurso Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho: análise das variáveis sociais, econômicas, políticas e motivacionais”.

Tema – “Processo Seletivo: métricas utilizadas no sistema de provas aplicadas para seleção da Magistratura Trabalhista. Análise do modelo vigente e perfil do sistema adotado em provas e avaliadores”.

LINHA II. DIREITOS SOCIAIS E GESTÃO JUDICIÁRIA

II.1. Acesso à Justiça do Trabalho após a vigência da Lei n.º 13.467/17

Tema – “Alterações no perfil da judicialização dos conflitos laborais e o estudo sobre a litigância trabalhista antes e depois da Lei de Reforma Trabalhista de 2017: hipóteses da maior restrição do acesso à justiça e da fragmentação dos pedidos em demandas diversas”.

Considerando a orientação do Comitê Científico com vistas à realização das pesquisas eleitas como prioritárias, a ENAMAT iniciou os trâmites para celebração de acordo de cooperação com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, em vista da expertise do IPEA no desenvolvimento de pesquisas empíricas sobre as organizações judiciárias e os estudos publicados sobre o funcionamento do sistema de justiça. Em tal contexto, a parceria com a ENAMAT representa uma importante oportunidade para que a ambos os órgãos passem a produzir estudos em temas pertinentes à Justiça do Trabalho, aprofundando o conhecimento acumulado e empregando métodos e técnicas desenvolvidos ao longo das pesquisas conduzidas sobre o judiciário até o momento. A parceria entre os dois órgãos pretende ampliar a base científica sobre os modelos de aperfeiçoamento de magistrados e também sobre a realidade do acesso à justiça em um cenário de transformações no mundo do trabalho. Desse modo, a celebração de cooperação entre o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas e a ENAMAT prevê a realização das três pesquisas sugeridas pelo Comitê Científico, conforme os eixos temáticos da Resolução ENAMAT n.º 20/2018 que foram priorizados.

O Comitê Científico de Assessoramento à Pesquisa foi igualmente consultado a opinar por cinco pesquisas a integrar o primeiro Edital de Chamada Pública do Programa ENAMAT Pesquisa. A Chamada Pública é uma modalidade em que há publicação de um edital que convida as instituições de ensino superior e os institutos de pesquisa a apresentarem projetos para o desenvolvimento de estudos e pesquisas de acordo com as diretrizes propostas pelo órgão contratante. Os projetos de pesquisa são submetidos a uma Comissão Avaliadora designada especificamente com o fim de selecionar os melhores projetos com base em critérios objetivos. Ao término das pesquisas são organizados seminários de devolutiva dos resultados, bem como a publicação do relatório final em formato digital e/ou impresso. Com esse propósito, o Comitê Científico sugeriu a realização das seguintes pesquisas:

LINHA I. SELEÇÃO, FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DE MAGISTRADOS TRABALHISTAS

Pesquisa 1 - "Diagnóstico das práticas formativas das Escolas Judiciais"

Pesquisa 2 - "Dimensão Formativa da Avaliação de A aprendizagem e da Avaliação Institucional das Escolas Judiciais"

LINHA II. DIREITOS SOCIAIS E GESTÃO JUDICIÁRIA

Pesquisa 3 - "Desafios hermenêuticos dos magistrados do trabalho frente às transformações do mundo do trabalho. Análise da subordinação e da precarização do trabalho"

Pesquisa 4 - "Impacto das demandas coletivas na efetividade do direito do trabalho".

Pesquisa 5 - "A Judicialização do meio ambiente laboral, dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais".

O primeiro Edital de Chamada Pública do Programa ENAMAT Pesquisa será lançado em 2019.



Tecnologia da Informação

enamat

Tecnologia da Informação

TV ENAMAT

Nova TV ENAMAT vai proporcionar ao público amplo e rápido acesso ao conteúdo da Escola

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho instituiu em junho de 2018, a Comissão Temporária para Análise e Tratamento do Acervo Digital da Formação Profissional para o Portal de Conteúdo da Escola, com o objetivo de realizar os trabalhos de classificação, catalogação e indexação do acervo de áudio e vídeo da TV ENAMAT. A comissão foi criada com a finalidade de proporcionar ao público amplo e rápido acesso ao conteúdo do portal da Escola, que inclui, conferências, seminários e outras atividades formativas desenvolvidas nos últimos dez anos pela ENAMAT. Integram a Comissão os Juízes do Trabalho Homero Batista Mateus da Silva (Coordenador), Roberta Correa Monteiro, Rodrigo Trindade de Souza, Paulo Fernando da Silva Santos e Danilo Gonçalves Gaspar, além dos servidores Ben Hur Lopes de Oliveira e Fernanda Paixão.

Os membros da Comissão sugeriram a adoção de um método de indexação por palavras-chaves nas pesquisas pela internet, a fim de otimizar a busca do conteúdo pelos usuários. O resultado do trabalho foi divulgado por ocasião do *Seminário Ética e Magistratura*, evento organizado pela ENAMAT em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e com a Escola Judicial da 10ª Região.

O novo canal da TV ENAMAT no *Youtube* foi apresentado aos participantes do seminário pelo Diretor da ENAMAT, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho. O canal, que antes disponibilizava apenas conteúdo institucional e entrevistas com especialistas, sofreu uma reformulação para priorizar a publicação de vídeos voltados para formação e aperfeiçoamento de magistrados, como videoaulas que já compõem o acervo digital da instituição e foram exclusivamente selecionadas pela Comissão para serem disponibilizadas na plataforma de compartilhamento de vídeos mais utilizada da atualidade.

Durante o ano de 2018 o número de inscritos no Canal da ENAMAT aumentou de 2.645 para 3.400, um incremento pouco acima de 28%. Com a nova indexação e o aumento do conteúdo disponibilizado espera-se um aumento ainda maior no próximo ano.

Sistema EJudTRT

No ano de 2018 uma nova versão do sistema EJudTRT foi disponibilizada (versão 1.1) e passou a fazer parte do pacote de instalação nacional do sistema SIGEP-JT (Sistema de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho). O sistema passou por testes e homologação de todas as suas funcionalidades pela equipe da ENAMAT.

Ambiente Virtual ENAMAT

O ambiente virtual de aprendizado da ENAMAT (<http://ead.enamat.jus.br>) também foi atualizado durante o ano de 2018. O *software* utilizado, *Moodle*, teve sua versão atualizada para a 3.3.3 que trouxe diversas melhorias tanto para a administração do ambiente como para os usuários da plataforma. A nova interface, mais moderna, ficou mais agradável para os alunos e diversas melhorias de desempenho foram implementadas para aumentar a velocidade no ambiente e melhorar a experiência dos alunos com o ambiente.



Orçamento

enarmat

Orçamento

Os recursos destinados a ENAMAT em 2018, alocados na ação orçamentária 20G2 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, foram essenciais para atuação da Escola Nacional na coordenação do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, influenciando diretamente na melhoria de suas ações e no auxílio às Escolas Judiciais.

Os recursos orçamentários disponibilizados à ENAMAT no exercício de 2018 possibilitaram sua atuação em três linhas distintas. A primeira delas diz respeito a sua área acadêmica, onde foi possível, com os recursos alocados, viabilizar a realização dos Cursos de Formação Continuada e de Formadores, onde foram abordados diversos temas de interesse dos Magistrados em sua atuação como principais agentes da Justiça do Trabalho. Na segunda linha temos o envio de recursos orçamentários para as Escolas Judiciais, a fim de viabilizar e incrementar a realização de atividades formativas locais bem como a aquisição de equipamentos. Por fim, deu-se continuidade à realização do 1º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na Carreira da Magistratura do Trabalho.

Em 2018, com a aprovação do Orçamento Geral da União pela Lei n.º 13.587/2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro, foram assegurados os recursos da ação orçamentária 20G2 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – para realizar o conjunto das atividades e aquisições que estavam previstas para o exercício e dar continuidade à realização do 1º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na Carreira da Magistratura do Trabalho.

Foi destinado, em 2018, à ENAMAT o valor total R\$ 13.914.638,00 para a execução de suas ações, sendo R\$ 11.414.638,00 referentes às despesas correntes e R\$ 2.500.000,00 relativos às despesas de capital.

Apesar de estarem previstos nas despesas do exercício, não foram realizados os Cursos de Formação Inicial, tendo em vista que o Concurso Nacional para ingresso na carreira da Magistratura não foi concluído. Tal fato impactou fortemente na execução do orçamento previsto, já que estavam previstas duas edições do curso.

Nessa área de atuação, a dotação orçamentária da Escola Nacional fomentou a realização de 4 eventos presenciais, 2 semipresenciais e 14 cursos a distância, com a participação de 2.052 alunos da Justiça do Trabalho.

A meta física estabelecida no orçamento destinado à ENAMAT no exercício de 2018 previu a formação em todos os níveis de atuação de 1.804 magistrados. O atendimento a 2.052 Juízes demonstra a efetividade da execução orçamentária, tendo em vista que foi atingido o percentual de 114% da meta prevista. Ressalta-se que a ENAMAT concentrou a formação dos magistrados no ensino a distância. Essa modalidade de ensino possui um custo bem inferior ao presencial, o que viabilizou uma economia razoável dos recursos disponibilizados.

A gestão do orçamento da ENAMAT viabilizou, ainda, a execução de seu papel de coordenação nacional das atividades de formação e aperfeiçoamento dos Magistrados no âmbito do sistema composto pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

A ENAMAT, por meio de provisões orçamentárias, custeou a realização de atividades formativas pelas Escolas Judiciais, que promoveram a capacitação de centenas de Magistrados Trabalhistas em todo o País.

Destaca-se que, em face da significativa restrição de orçamento no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, o apoio financeiro desta Escola Nacional tornou-se preponderante no cumprimento de atividades fundamentais para a formação e o aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

Computando-se os magistrados capacitados pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, com os recursos descentralizados pela ENAMAT, verifica-se que a meta fixada para o exercício 2018 da ação orçamentária 20G2 foi significativamente ultrapassada.

Tratando-se da realização do 1º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho, que inicialmente foi conduzido pela ENAMAT, tendo sua execução transferida para o Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, por força da Resolução Administrativa TST n.º 1973/2018, deu-se continuidade à contratação da Fundação Carlos Chagas – FCC para organização do certame.

Os recursos para pagamento da FCC no exercício de 2018 advieram do orçamento de 2017 inscritos em Restos a Pagar. O orçamento do exercício em curso, no que diz respeito ao Concurso Nacional para Magistratura do Trabalho, foram utilizados para o pagamento das reuniões da Comissão Executiva Nacional e das demais Comissões Examinadoras responsáveis pelas etapas restantes.

Representando o 1º Concurso para a Magistratura do Trabalho organizado em nível nacional, os custos envolvidos englobaram tanto a organização do certame por parte da FCC, que deu todo o apoio logístico referente à realização do evento, como aqueles provenientes dos notáveis examinadores indicados e contratados pela ENAMAT/CSJT para elaboração das questões das provas e para avaliações.

A iniciativa de realizar o certame de caráter nacional de forma centralizada se mostrou profícua, tendo em vista a economia de escala gerada com a realização de apenas um contrato para atender as demandas de todos os Tribunais Regionais do Trabalho que tinham necessidade de prover seus cargos.

Tabela-Resumo da Execução Orçamentária

AÇÃO 02.128.0571.20G2.0001 – FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS					
Especificação	Dotação Orçamentária* (R\$)	Despesas Empenhadas (R\$)	Descentralizações (R\$)	Total Executado (R\$)	Percentual de Execução
Despesas Correntes	8.414.638,00	2.704.280,95	1.404.994,99	4.109.275,94	49%
Despesas de Capital	1.500.000,00	6.990,00	75.801,00	82.791,00	6%
TOTAL	9.914.638,00	2.711.270,95	1.480.795,99	4.192.066,94	42%

* Dotação orçamentária após créditos realizados

Expediente

enammat

Expediente

Coordenadoria Administrativa

Denimar Ferreira de Menezes Noronha

Coordenadoria de Formação

José Valmir Santos Filho

Juiz Auxiliar da Direção da ENAMAT

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson

Servidores

Ben Hur Lopes de Oliveira

Edson Ribeiro de Souza

Eugênia Clemente de Oliveira

Fernanda Paixão Araújo Pinto

Gislanne Oliveira Pinheiro

Jonas de Jesus Cordeiro da Silva

Loester Gomes Neto

Marcos Augusto Willmann Saar de Carvalho

Maria Aparecida de Assis Santos

Maria das Graças Pires Mendes Cateb

Roberto Ayrosa Pereira

Rodolpho Caitano da Silva Bandeira

Vivian Lee Aguiar Lima de Vasconcelos

Prestador de Serviço

Márcio Antonio Silveira Furtado

Estagiário

Lindomar Cavalcanti da Silva Júnior

Secretárias

Josuene Guimarães Soares

Tatiane Mayara Oliveira Barbosa

Silvana Maria Pereira dos Santos

Xandra Renata Coelho

Garçom

Ronaldo Diniz Souza Júnior

Coordenação do Projeto Gráfico

Taciana Giesel Cuadros (CEIM/SECOM)

Luísa Martins Torres e Thaís de Sá Gomes (NCVD)

Projeto Gráfico e Diagramação

Stéfano Pessoa de Lima

Fotografia

Giovanna Bembom e Fellipe Sampaio

